



Programa Comemorações Oficiais

23 de Abril, Sexta-feira

NetArtFax – início

11.00 – Porto/Pav. Rosa Mota
Colaboração IPJ

Festa - «25 de Abril Jovem»

15.00 – Porto
Organização do IPJ

«Uma Revolução Desenhada» - BD

17.00 – Coimbra
Organizada pelo Centro de Documentação 25 de Abril
c/ apoio da Bedeteca de Lisboa (inaugurada dia 15).
Visita.

«A Poesia Está na Rua»

18.45 – Porto/Café Magestic
Organizada pela Associação de Jornalistas e Homens
de Letras do Porto e INATEL

NetArtFax

21.00 – Porto/Pav. Rosa Mota
Visita

Concerto «25 Ideias de Abril»

21.30 – Lisboa/Teatro S. Luiz
Organização da Antena 1 (a repetir no dia 25 à noite, em
directo de Grândola)

24 de Abril, Sábado

Visita à EPI

09.00 – Mafra
Condecoração da Unidade c/ Ordem Liberdade

Visita à EPA

11.15 – Vendas Novas
Condecoração da Unidade c/ Ordem Liberdade

Visita à EPC

13.30 – Santarém
Condecoração da Unidade c/ Ordem Liberdade

Almoço

14.00 – Santarém/EPC
À mesma hora as unidades militares oferecem um al-
moço aos portugueses que se encontravam nas FFAA
à data do 25 de Abril de 74.

Inauguração da Estátua a Salgueiro Maia, à EPC e à Liberdade

15.30 – Santarém
Iniciativa da CMS.

NetArtFax

12.00 – Parque das Nações/Sala Tejo
Início em Lisboa, com 25 horas de animação perma-
nente (encerramento às 13.00 de dia 25)

Almoço militares de Abril de 74

13.00 – Todo o País
Participam os cidadãos que se encontravam nas filei-
ras em 25 de Abril de 74

Visita às actividades de animação organizadas pelas FFAA

17.00 – Parque das Nações

«Horas da Liberdade»

18.00 – Parque das Nações
Exposição do «designer» H Cayatte

Visita ao Regimento Engenharia n.º 1

19.00 – Pontinha
Posto de Comando do 25 de Abril de 74

Vídeo «Imagens do 25A»

21.30 – Praça Sony
Ecrã gigante. Iniciativa Parque das Nações

Concerto «Sons da Lusofonia e Convidados»

23.00 – Parque das Nações
Às 00.25 «Grândola». Iniciativa Parque das Nações

Espectáculo/Animação

Tarde/Noite – Lisboa/Praça do Comércio
Organização da CML

«Grândola Vía Morena»

00.25 – País e Estrangeiro
Simultâneo nos meios audio-visuais

Fogo de artifício simultâneo

00.30 – Todo o País
Apelo feito às autarquias

25 de Abril, Domingo

Sessão solene

09.00 – Lisboa/AR

Corrida da Liberdade

10.00 – Lisboa/Avenida da Liberdade
Organização da A25A/CML

Parada militar

12.00 Parque das Nações
Cerimónia de condecoração a unidades militares com
a Ordem da Liberdade

Lançamento de selo

13.30 – Parque das Nações/Pav. Portugal
Carimbo de 1.º Dia no selo comemorativo do 25.º An-
iversário do 25 de Abril.

Almoço

13.45 – Parque das Nações/Pav. Portugal

Desfile de bandas de metais

15.00 – Parque das Nações/Alam. Oceanos
Iniciativa Parque das Nações

Concerto para os mais novos

16.00 – Parque das Nações/Praça Sony
Grupo «Batoto Yetu». Iniciativa Parque das Nações

Abertura ao público da residência oficial do Primeiro Ministro c/ actuação da banda da PSP

18.30/20.00 – Lisboa/Palácio de S. Bento

26 de Abril, Segunda-feira

«Portugal 25 anos de democracia: Transição e consolidação»

15.00 – Universidades de Évora/Coimbra/Lusitana
Início do ciclo de debates organizado pelo Conselho
de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)/
Fund. Das Universidades Portuguesas. Esta primeira
iniciativa junta em vídeo-conferência a Universidade
de Évora, Universidade Lusitana e Universidade de
Coimbra.

27 de Abril, Terça-feira

Recepção

18.45 – Palácio de Belém
A jornalistas e correspondentes da imprensa estran-
geira que fizeram a cobertura do 25 de Abril de 74.



Suplemento 25 ABRIL/25º ANIVERSÁRIO

Educação Saber sem «anexos»

Em 1974 existiam apenas quatro universidades públicas e uma privada. Como as infra-estruturas eram escassas só alguns podiam ter acesso aos níveis de formação mais avançados. A segregação não estava escrita em lado nenhum, sem deixar, contudo de existir.

O Estado Novo tinha escolas para as elites, como o Liceu Pedro Nunes, e para pobres, nomeadamente a Casa Pia.

No Pedro Nunes não era fácil entrar. Pela «porta grande» passavam somente os filhos da notável – ou será melhor dizer notória – burguesia lisboeta e os «meninos prodígio» que obtivessem as melhores classificações nos exames de admissão. Às crianças mais pobres, confrontadas com situações económicas precárias, era reservada uma educação mais prática, com vista à aprendizagem de um ofício, longe do seio familiar, na Casa Pia.

Há cerca de 30 anos o discurso oficial desmentia toda e qualquer insinuação de discriminação social. Para todos os efeitos nunca houve, em tempos de Oliveira Salazar, segregação de classes. Porém, ainda há quem se lembre da altura em que o primeiro ano era dividido em duas turmas: a dos filhos dos homens de negócios e a dos alunos que tinham tido boas notas nas provas de acesso. Antigos alunos do Liceu Pedro Nunes hoje

de ensino.

A título de exemplo destaque-se, no que ao ensino superior diz respeito, que actualmente existem 14 universidades públicas, espalhadas pelo continente e ilhas, e nove privadas com ramificações.

Além dos estabelecimento universitários for a criados, ao longo destas duas décadas e meia, 16 institutos politécnicos e 29 escolas superiores.

Quanto à procura, esta também aumentou. Só neste ano lectivo candidataram-se à universidade quase tantos estudantes (54 414) como os que a frequentavam em 1974 (60 mil).

No ensino secundário a população estudantil duplicou e despesa público com a educação, em geral, evidenciou um aumento extraordinário.

De 6,095 milhões de contos em 1974 (cerca de 144 milhões de contos a preços actuais), passou-se para 1 065 milhões de contos hoje.

Os números ilustram o fim do paradigma educacional do Estado Novo segundo o qual, depois do ensino primário, aos dez anos, o filho do «senhor doutor» ia para o liceu e a universidade, o filho da porteira para a escola técnica, comercial ou industrial e o filho do operário ou agricultor ia trabalhar.

Para trás ficou também o analfabetismo em massa. Há 25 anos, 32,2 por cento da



arriscam dizer que segregação de facto «talvez só se notasse na diferença do vestuário» e para com os alunos do «anexo», uma extensão do estabelecimento de ensino localizada nas proximidades da Estrela e conhecida por «Texas».

Só no final da década de 60 é que, com a reforma da educação de Veiga Simão, se verificou em Portugal um aumento do número das suas escolas, indiciando a inevitável massificação e/ou democratização do ensino, cujos tempos áureos só chegariam com o 25 de Abril de 1974.

Hoje a Casa Pia e o Liceu Pedro Nunes já não são o que eram há um quarto de século atrás. O panorama educacional também sofreu profundas alterações com o florescimento que alguns qualificam de descontrolado e desqualificado da oferta

população portuguesa não sabia ler nem escrever. Nos nossos dias, a situação do grau zero de instrução abrange 13 por cento das mulheres e oito por cento dos homens com mais de 15 anos.

Todavia, a evolução que levou à actual democratização da educação teve os seus custos. Cumprindo-se a quantidade descurou-se a qualidade.

Neste sentido, a política para o ensino do Governo socialista tem-se evidenciado pela aposta total na qualidade formação ministradas nas nossas escolas, pelo combate frontal ao insucesso escolar e pela apresentação de alternativas de futuro e curriculares para as diferentes aspirações da juventude do Portugal moderno, de um país cujo saber, há um quarto de século, desconhece cada vez mais os «anexos».

Cultura e lazer Portugal orgulhosamente moderno

O regime democrático inaugurado com a Revolução dos Cravos fez da esfera cultural portuguesa um meio de livre expressão, diversificado e abundante em géneros e estilos.

A democratização do acesso à cultura acarretou um aumento de produção no sector, porém, as estatísticas apontam para um

crático já não se envergonham do seu património intelectual e mostram aos visitantes os templos multiculturais de lazer e conhecimentos como o Parque das Nações, o Centro Cultural de Belém, a Culturgest entre outros.

Com os restos do Antigo Regime foi enterado, há 25 anos, o culto do obscurantismo e da ignorância que se apoiava nos ten-



certo esfriamento na escaldante euforia portuguesa em intervir na política e na sociedade que data do Estado Novo.

Os estudiosos explicam este fenómeno pela mudança significativa da conjuntura político-social que teve os seus efeitos inegáveis nos usos e costumes da população. É que as pessoas passaram a viver mais em casa, deixaram de atender à necessidade de debater a vida social, tornando-se mais passivas, permissivas, apáticas e desencantadas. A geração que protagonizou Abril recorda com saudade o espírito intervencionista que pairava em atmosferas de debate público como as salas de espectáculos e os cafés. É verdade que a cultura deixou de ser um bem racionado do qual só as elites podiam desfrutar abundantemente, salvaguardando os interesses do pensamento único que se queria instituído na sociedade, mas, em contrapartida, descuidou-se o culto da língua e da identidade nacionais, arriscando uma colonização atrevida por parte da indústria dos conteúdos anglosaxónicos.

E se a oferta aumentou em quantidade e qualidade e a procura estagnou ou mesmo diminuiu em certos sectores do lazer a da cultura portuguesas, a ideia de que a nova mentalidade do pós 25 de Abril - caracterizada por empreendimentos como a Expo'98 ou logros como a atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago —, espelha um Portugal mais saudável culturalmente falando, tem merecido amplo consenso.

Na década de 90, os portugueses podem arejar o intelecto nos novos e imponentes espaços culturais que já não se resumem à solitária Fundação Calouste Gulbenkian do período salazarista.

Os cidadãos do Portugal moderno e demo-

crático já não se envergonham do seu património intelectual e mostram aos visitantes os templos multiculturais de lazer e conhecimentos como o Parque das Nações, o Centro Cultural de Belém, a Culturgest entre outros.

com os restos do Antigo Regime foi enterado, há 25 anos, o culto do obscurantismo e da ignorância que se apoiava nos ten-
táculos da censura prévia, uma poderosa e castrante máquina que se lançava sobre alegadas «ideias perigosas» para o povo. Hoje, fruto do espírito de Abril, há seis vezes mais bibliotecas, a liberdade de expressão é um direito intocável, verificou-se um aumento das edições de livros revistas e jornais, os espectáculos públicos diversificaram-se e multiplicaram-se bem como os teatros e cinemas, os apoios oficiais avolumaram-se progressivamente, mas foram os museus o grande fenómeno de crescimento paralelo entre a oferta e a procura. De 114, em 1974, passou a 309, em 1996 o número de espaços museológicos do País, com um crescimento de visitantes de 2,5 milhões para mais de oito milhões, nesse período de 22 anos.

Tudo isto foi conseguido com uma política cultural desinibida e investidora. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, a despesa pública com a cultura aumentou de dois milhões, em 1981 (12,76 milhões de contos a preços actuais) para 22 milhões em 1993 (26,18 milhões de contos a preços actuais).

A nova mentalidade cultural dos portugueses e da classe política nacional cristalizou-se em decisões como a que foi tomada pelo Executivo do PS a favor da preservação das gravuras rupestres de Foz Côa e em detrimento da construção de uma barragem da EDP.

O País aplaudiu esta corajosa atitude socialista que não só reflectiu a prioridade do património da humanidade face ao desenvolvimento económico, como também mereceu os elogios de notáveis figuras internacionais e marcou o início de uma caminhada decidida da pré-história para a modernidade cultural de Portugal.

Família Democracia no feminino

A Revolução dos Cravos marcou profundas alterações no perfil da família portuguesa. A revisão da Concordata permitiu aos católicos divorciarem-se, regularizando-se milhares de separações de facto entre 75 e 76. A partir de então, os casamentos tornaram-se progressivamente mais escassos e tardios, o número de divórcios subiu em flecha e os casais passaram a ter menos filhos. «Famílias monoparentais» e «recompostas» são apenas novas designações para situações antigas, que com Abril saíram da obscuridade, alterando-se, simultaneamente a família tradicional do rosto da sociedade portuguesa.

Segundo estudos sociológicos debruçados sobre a realidade da Grande Lisboa e do Sul, os indicadores estatísticos revelam, indirectamente, a proliferação de modos alternativos de viver em comum. União de facto, sucessão de relações temporárias com coabitação, vida a dois sem coabitação, casamento, são algumas das alternativas a partir das quais os cidadãos do Portugal pós-revolucionário podem optar em liberdade.

Ao que tudo indica, não parece ter havido uma desvalorização da instituição matrimonial, mas sim uma sobrevalorização da mesma, considerando-se um estádio muito avançado da relação a dois, onde cada vez mais os casais podem dialogar e serem exigentes.



tes.

E, enquanto a nupcialidade diminui e a divorcialidade dispara, a fecundidade estagna. A queda dos índices de natalidade tem vindo a acentuar-se com a generalização do planeamento familiar e a contracepção numa sociedade portuguesa de mentalidade relativamente mais aberta.

As novas formas de encerrar as relações conjugais afectou também a maneira de lidar com os filhos.

Por um lado, viver em casal não implica obrigatoriamente assegurar descendência, mesmo se uma proporção elevada de portugueses (65 por cento) considera, nos dias de hoje, que «ter filhos» é muito importante. Embora todas as mudanças citadas tenham na sua origem diversos factores, há um em especial que tem sido apontado como determinante para a alteração dos contornos das relações familiares do Portugal de-

mocrático: a entrada maciça da mulher no mercado de trabalho. Mas o fenómeno não é recente.

A emigração e a guerra colonial foram o pontapé de saída das mulheres para fora de casa. A mão-de-obra feminina foi solicitada e empregue para colmatar o défice de trabalhadores do sexo masculino, sobretudo nas actividades menos qualificadas.

Os primeiros passos da luta pela afirmação da identidade feminina foram dados quando as raparigas começaram a «invadir» as escolas e a conquistarem outros meios e ferramentas, através de uma melhor formação, para ascender na escala laboral.

Neste contexto, começa a esboçar-se o que hoje é considerado como uma alteração radical no estatuto social da mulher na comunidade democrática, bem como dos seu papel.

Passando de uma ignorada fada do lar para a trabalhadora qualificada que contribui para o sustento económico do agregado familiar, a mulher do pós-25 de Abril foi conquistando vagarosamente um universo próprio em que os filhos, o marido e o espaço doméstico nem sempre ocupam um lugar prioritário, numa luta constante com valores legítimos de realização pessoal e profissional.

Fala-se cada vez com mais frequência na partilha das tarefas domésticas pelo casal. Contudo, o espírito de equipa ainda não che-

gou a todos os campos dos afazeres caseiros na maioria dos lares portugueses nem a todas as esferas da sociedade.

Abril continua por cumprir no que toca à plena igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, mas muito foi já conseguido, nomeadamente no plano jurídico.

Longe vai o tempo, exactamente 25 anos, em que, nos termos legais, «o marido é o chefe de família, competindo-lhe nessa qualidade representá-la em todos os actos da vida conjugal comum», enquanto o governo doméstico era exclusiva tarefa feminina.

Com a Revolução da Liberdade extingue-se a obsoleta figura do chefe de família e, pasme-se, a mulher passa a poder viajar para fora do País sem autorização do marido e até a poder levar os filhos sem o consentimento do pai, ousadas que no tempo do «Deus, Pátria e Família» seria, no mínimo, impensável.

Saúde SNS: o novo médico do povo

«**S**enhor doutor, estou doente e não posso pagar, nem tenho dinheiro para os remédios.» Esta era uma frase ouvida com frequência nos ineficientes estabelecimentos de saúde que o Estado Novo mantinha em Portugal.

Há 25 anos, a população rural, dedicada quase em regime de exclusividade à agricultura, à pecuária e outros ofícios tradicionais, via o seu já por si parco rendimento minuar ainda mais com os descontos para as Casas do Povo, entidades encarregues de prestar assistência médica.

Na generalidade, os portugueses que pre-

criou o SNS, entrado em vigor com a lei n.º 56/79, de 15 de Setembro, visou envolver «todos os cuidados integrados de saúde, compreendendo a promoção e vigilância de saúde, a prevenção de doença, o diagnóstico e tratamento dos doentes e a reabilitação médica e social».

Se o objectivo do Serviço Nacional de Saúde era indiscutivelmente nobre, a sua concretização foi, também, inegavelmente complexa. As novidades eram muitas, baseadas numa nova forma de entender a medicina, nomeadamente a criação de Centros de Saúde: «unidades orgânicas e funcionais básicas da prestação cuidados primá-



rias de saúde, com responsabilidade quanto às «necessidades essenciais de saúde de uma comunidade definida».

Assim, uma das conquistas mais importantes do 25 de Abril deu-se no sector da assistência médico-sanitária, embora o SNS não tenha sido, ao longo deste quarto de século de liberdade, isento de críticas e insuficiências.

Hoje, os índices sanitários em Portugal são comparáveis aos dos restantes países europeus, o número de médicos e enfermeiros por mil habitantes triplicou, a mortalidade infantil desceu, em 1994, para 7,9 crianças em cada mil, a despesa pública para o sector disparou, os equipamentos e as terapêuticas foram actualizadas.

A democratização da saúde, fruto da Revolução dos Cravos, trouxe diferentes expectativas de longevidade em Portugal. De 64 anos em 1975, a esperança média de vida dos homens cresceu para 71 em 1994, enquanto as mulheres «saltam» dos 71 para os 78 anos.

Haverá quem denuncie que nem tudo está bem no actual sistema de saúde português, lembrando o problema, por sinal real, das listas de espera: Porém, é preciso não esquecer que se o Estado Novo não as tinha, isso devia-se à falta de tratamento hospitalar das pessoas que não o podiam pagar e que nem sempre recorriam aos hospitais.

A realidade dos nossos dias é, por tudo isto, bem diferente de há 25 anos atrás. Hoje aquilo que as pessoas esperam de um hospital público está, em grande medida, garantido. Antes do 25 de Abril de 1974 apenas estava garantida a solidariedade e a misericórdia de alguns «médicos do povo».

«grande projecto nacional», conforme era definido na nota introdutória do diploma que

Segurança Social Papel do Estado é insubstituível

Embrora incipiente, a Revolução de Abril trouxe aos portugueses o Estado-Providência, que já é objecto de uma campanha da direita com vista à sua destruição, ao mesmo tempo que os interesses privados espreitam a oportunidade de fazerem das pensões mais um negócio, agitando diversos fantasmas.

Fruto do notável trabalho desenvolvido pelo ministro Ferro Rodrigues, já considerado unanimemente como o homem certo no lugar certo, a Segurança Social portuguesa é hoje gerida de uma forma credível e correcta e os reformados têm a garantia de que o sistema é sustentável e as suas pensões são sagradas, actualizadas segundo critérios de justiça dando mais a quem mais precisa.

Os apoios da Segurança Social são reconhecidamente baixos, em muitos casos, mas a comparação com a situação anterior ao 25 de Abril mostra que quase tudo o que há representa uma evolução enorme. Os números são elucidativos. Em 1973 o abono de família era a prestação social mais generalizada, tendo em conta quer o número de beneficiários (808 mil), quer o dos seus descendentes (2,15 milhões).

A despesa com este subsídio representava qualquer coisa como quatro milhões de contos.

Vinte e cinco anos depois, em 1998, o número de beneficiários era muito superior (1,17 milhões), mas o de descendentes, resultado da quebra da taxa de natalidade, era substancialmente mais reduzido (1,78 milhões). Mesmo assim, a despesa multiplicava-se por 18, passando para 82,9 milhões de contos.

Por alturas do 25 de Abril, o abono de família era de 160 escudos mensais para o primeiro filho e subia até aos 240 a partir do terceiro.

Havia também subsídios de casamento, nascimento e aleitação.

Em 1997 o subsídio de casamento acabou e os restantes deram lugar a uma "prestação familiar" única que, para os agregados com rendimentos mais baixos (até 1,5 vezes o valor do salário mínimo nacional) é hoje, para o primeiro filho, de 14 mil escudos (87 vezes mais) no primeiro ano e, nos seguintes, de 4200.

Evolução igualmente significativa é a do subsídio de doença.

Em 1973 esta prestação foi paga a 775 mil beneficiários, que no conjunto receberam 1,2 milhões de contos (correspondentes a um subsídio diário médio de 42,8 escudos). Em 1998, fruto do combate às falsas baixas empreendido pelo Governo do PS, houve menos subsidiados (753 mil), mas a despesa multiplicou-se 72 vezes, passando para 90,5 milhões de contos (1744,3 escudos/dia).

Com as prestações de desemprego nenhuma comparação é possível.

Em 1998 a Segurança Social pagou 91,5 milhões de contos em subsídios de de-

semprego (de que beneficiaram 87,5 mil pessoas), mais 41,5 milhões em subsídios sociais de desemprego (79,3 mil pessoas).

Desempregados morriam à fome no salazarismo

Há 25 anos a despesa com os desempregados foi igual a zero, pela simples razão de que ninguém tinha direito ao que quer que fosse quando perdia o emprego, mesmo descontando para a então designada «Providência Social».

O crescimento mais espectacular dos números, porém, dá-se nas pensões. O número de pensionistas multiplicou-se por cinco, passando de 530 mil em 1973 para 2,5 milhões, mas a despesa cresceu



281 vezes, aumentando de 4,1 para 1174 milhões de contos.

No último ano do Estado Novo havia 145 mil pensionistas de invalidez e 335 mil pensionista por velhice. Em Dezembro último eram, respectivamente, 409 mil e 1,5 milhões. O número de pensionistas de sobrevivência cresceu de 49 mil para 596 mil. As pensões de invalidez e velhice custavam, em conjunto, 3,8 milhões de contos, agora custam mil milhões por ano. As de sobrevivência custavam 322 mil contos, hoje custam 173 milhões, quase 540 vezes mais.

O valor médio mensal duma pensão de velhice passou de 958,3 escudos em 1973 para 37.331,4 (38,9 vezes mais), enquanto que o da pensão de sobrevivência evoluiu de 540 para pouco mais de 20 mil escudos.

O aumento do número de pensionistas é consequência, principalmente, de decisões de solidariedade e de esquerda, já que muitos deles nunca contribuíram, ou contribuíram pouco, para a Segurança Social.

Por isso mesmo, o Estado, que em 1973 não deu um tostão para pagar reformas, transferiu para a Segurança Social, no ano passado, só para suportar encargos com pensões, 354,75 milhões de contos.

Emprego Trabalho precário e sem direitos continua a proliferar no Portugal de Abril

No Portugal de Abril, 25 anos depois do derrube da ditadura, o número de trabalhadores com vínculos laborais precários, logo sem direitos e sujeitos a todas as arbitrariedades patronais, atinge proporções verdadeiramente chocantes.

Mas, para além de grande número de trabalhadores terem vínculos precários, há ainda uma outra situação verdadeiramente escandalosa e à margem da lei que é o facto de milhares de trabalhadores por conta de outrem serem remunerados através de recibos verdes, chegando-se ao cúmulo de, durante os governos de Cavaco, ser o próprio Estado a incentivar esta prática, nomeadamente na Função Pública.

São situações impensáveis para todos aqueles que há 25 anos, depois da derrube do Estado corporativo que negava aos trabalhadores os mais elementares direitos, sonharam não ser mais possíveis situações como as que hoje ainda se vivem.

A baixa escolaridade dos trabalhadores portugueses é, por outro lado, um problema que persiste, apesar de se terem registado significativos avanços em relação à situação existente na ditadura.



Assim, é necessário recordar, Portugal vivia em 1974 uma situação de quase pleno emprego, devido sobretudo à forte emigração e a grande parte dos jovens estarem na Guerra Colonial, os trabalhadores possuíam um nível muito baixo de qualificação e o sector primário (agricultura) tinha ainda um peso significativo na população activa.

Vinte e cinco anos depois, apesar do grande aumento da frequência do ensino superior e da elevação da escolaridade obrigatória para nove anos, Portugal continua a ser um dos países da OCDE com a mais baixa escolarização da mão-de-obra.

Mais de quatro em cada cinco trabalhadores portugueses não têm mais do que a actual escolaridade obrigatória e quase um em cada dez (9,6 por cento) não completou qualquer nível de instrução, segundo dados do INE referentes ao 4º trimestre de 1998.

Os que não têm mais do que o 1º ciclo do ensino básico (antiga 4ª classe) são ainda 46 por cento do total.

Formação superior (bacharelato ou licenci-

atura) é privilégio de apenas 8,7 por cento dos empregados, destacando-se a Região de Lisboa e Vale do Tejo, em que um em cada oito trabalhadores tinha curso superior, segundo o INE.

Em 1974, a taxa de desemprego situava-se nos 1,7 por cento, em 1997 atingia os 6,7 por cento, após um pico de 8,6 por cento em 1985, quando da crise económica em Portugal, que motivou a intervenção do FMI. Há 25 anos, a taxa de desemprego dos homens era de 1,3 por cento, passando em 1997 para 6,1 por cento, com máximos de 6,5 por cento em 1986 e 1996.

O desemprego feminino passou de 2,4 por cento em 1974 para 7,6 por cento em 1997, com um máximo de 13,6 por cento em 1981. O peso do sector primário no emprego total baixou de 28,9 por cento em 74 para 13,6 por cento em 97, um peso ainda superior à média europeia.

A população empregada na indústria baixou de 34,1 por cento para 31,6 por cento entre 1974 e 1997, tendo o peso do emprego na indústria transformadora diminuído de 25,1 por cento para 21,5 por cento no mesmo período.

A construção representava 8 por cento do

emprego em 1974 e 9 por cento em 1997. O grande acréscimo deu-se no sector dos serviços que, no período em análise, registou um aumento de 70,8 por cento na população empregada, passando de um peso de 36,9 por cento no emprego total para 54,8 por cento em 1997.

Em 1998, os dados apontam para uma taxa de desemprego de 5 por cento, mas não são imediatamente comparáveis com os do ano anterior por ter havido mudanças metodológicas e de amostra no inquérito ao emprego do INE, que representaram uma quebra de série.

Em 1998, a taxa de desemprego atingiu 4 por cento para os homens e 6,2 por cento para as mulheres.

De salientar que antes do 25 de Abril, os desempregados não tinham qualquer tipo de apoio ou protecção do Estado, restando-lhes o recurso, para não morrerem de fome, à solidariedade dos mais próximos ou às instituições de caridade, onde pontificavam umas senhoras ligadas ao regime fascista.

Economia

Grande crescimento mas falta redistribuir a riqueza

O Produto Interno Bruto (PIB) «per capita» português passou de 52/53 por cento da média da União Europeia, em 1974, para mais de 70 por cento em 1996, um número impensável há 25 anos.

E os resultados económicos dos 25 anos de democracia ainda poderiam ter sido melhores se não se tivessem registado dois choques petrolíferos e diversos períodos de estagnação.

Mas, apesar destes números, Portugal é ainda um país onde os benefícios do crescimento económico não chegam a todos,



havendo chocantes desigualdades, sendo por isso imprescindível, ao contrário do que defendem os adeptos do neoliberalismo ou alguns teóricos pós-modernistas convertidos às delícias do mercado, uma maior intervenção do Estado.

Depois de uma década em que os valores dominantes foram o endeusamento do mercado e o ataque ao papel do Estado na economia, continua a ser imprescindível um ainda maior aprofundamento da actual política económica, pondo-a ainda mais ao serviço das pessoas, assumindo o Estado um maior papel interventor, nomeadamente e principalmente na redistribuição da riqueza, através de uma profunda reforma fiscal.

No ano da revolução, o PIB cresceu 1,1 por cento, e no seguinte foi negativo em 4,3 por cento, devido ao choque petrolífero do último trimestre de 73, em que os preços do crude mais do que triplicaram. Praticamente um quarto de século depois, o PIB português aumentou 3,8 por cento em 1998, culminando cinco anos consecutivos de crescimento económico e aproximando o país da média da União Europeia.

Para 1999, prevê-se que o PIB cresça entre 3,3 e 3,5 por cento. Ou seja, nunca é de mais recordar, desde que o Governo do PS a nossa economia tem crescido to-

dos os anos e mais que a média dos países da União Europeia.

O pós-25 de Abril foi um período de aceleração da inflação. Em parte por efeito do aumento de salários que deixaram de ser de miséria e da sabotagem de alguns empresários saudosos da velha ordem salazarenta, mas principalmente em consequência do primeiro choque petrolífero.

O pico inflacionista foi atingido com 29,3 por cento em 1984. Mas só a partir de 1990 se assistiu a uma verdadeira política de desinflação, baseada na fixação da taxa de

câmbio.

A política de desvalorização deslizando do escudo foi então abandonada pelas autoridades monetárias.

Em 1992, em Maastricht, um tratado onde se nota a componente monetarista dos governos de centro-direita que então dominavam a Europa, foram lançadas as bases da convergência nominal para o euro - redução das taxas de juro, da inflação, da dívida pública/PIB e do défice orçamental/PIB.

Ao Governo PS coube alcançar a meta da inflação (2,7 por cento em 1998 e previsão de 2 por cento para 2000).

O desemprego, em Portugal, passou de 2,9 por cento em 1974 para 3,5 por cento em 1982, depois de ter sido de 5,3 e 5,1 por cento em 77/78.

Mas em 1985, em plena crise, atingia o seu pico de 8,5 por cento. O desemprego baixaria depois para se situar em 5 por cento em 1998.

Durante este longo período, verificaram-se também duas graves situações de défice da balança de pagamentos: em 1976/77 e em 1981/83, tendo o FMI imposto uma política de austeridade, com os inevitáveis apertos de cinto.

Fundamental foi a adesão à CEE em 1986, com Mário Soares, um marco fundamental para o desenvolvimento económico registado.

Forças Armadas

Jovens já não morrem nem são estropiados na Guerra Colonial

As gigantescas Forças Armadas (FA) que em 1974 puseram ponto final ao Estado Novo, depois de o terem suportado durante 48 anos, estão reduzidas a um quinto dos seus efectivos passados 25 anos.

As Forças Armadas perderam mais que efectivos. O seu peso na economia e na política encolheu. Os seus ministérios desapareceram, concentrados num departamento de Defesa Nacional de cariz civilista.

A presença territorial da tropa rarefez-se. Em troca, modernizaram-se, seguindo o conceito de «menores e melhores forças». Os 217 mil efectivos de 1974 estão hoje reduzidos a 46 mil - em resultado do fim das guerras coloniais (largas centenas de milhar de jovens morreram e ficaram gravemente feridos) num cenário crescentemente orientado para as novas missões de paz na Europa ou em África.

Por ramos, o Exército foi o que sofreu maiores cortes, passando de 179 mil efectivos em 1974 para 27 952 (Janeiro de 99). A Armada passou de 19 500 para os 11 474 e a Força Aérea de 18 500 para 6 837. Os oficiais do quadro permanente no activo passaram apenas de 3 693 para 2 861 (mais 208 reservistas no activo), sinal da importância que os milicianos tinham em 1974 no enquadramento das tropas em guerra.

Em contrapartida, os novos tempos impuseram a presença das mulheres nas fileiras, que passaram das escassas 12 enfermeiras pára-quevistas de 1974 para 2 573 no conjunto dos três ramos das FA. Ao Serviço Militar Obrigatório de dois anos no Exército, três na Força Aérea e quatro

na Armada, em 1974, contrapõem-se hoje os quatro meses dos conscritos, participantes num sistema misto com voluntários, enquanto se aguarda a regulamentação do fim do dever constitucional de servir as FA.

O Orçamento das FA em 1974, de 23,5 milhões de contos (540,5 milhões de contos a preços de 98), correspondia a 6,85 por cento do PIB e 31,71 por cento do OE. As verbas da Defesa em 1998, 251,5 milhões de contos, representaram apenas 1,3 por cento do PIB e 2,5 por cento do OE. Nestes 25 anos, as Forças Armadas adquiriram a capacidade de operar em diferentes teatros de operações, incluindo os climas frios.

Duas unidades de elite da guerra colonial extinguíram-se: o Regimento de Comandos e o Corpo de Tropas Pára-quevistas. Em seu lugar criou-se a Brigada Aerotransportada Independente. A Brigada Mista Independente do Exército - a 1ª grande unidade terrestre a integrar-se nos dispositivos da NATO - passou a Mecanizada.

Em paralelo iniciou-se o desmantelamento do «abrangente» dispositivo de cobertura territorial com a extinção de numerosas unidades e a redução das regiões militares de cinco para duas.

A presença militar estrangeira cingiu-se à dos EUA nas Lajes com o abandono das Flores pela França e da Base de Beja pela Alemanha.

Mais significativo, o facto de as FA darem assistência e formarem nas suas escolas militares de vários dos exércitos nacionais dos PALOP - por acaso os sucessores dos seus antigos inimigos.



Parlamento De monocórdico a plural e democrático

Antes do 25 de Abril, o Parlamento tinha o nome de Assembleia Nacional, e nele tinham assento os deputados afectos ao Estado Novo, não eleitos ou «eleitos» nas eleições fantoches de então, que não passavam de serventários do regime e de «yes man» tão ao gosto do ditador de Santa Comba.

Antes do 25 de Abril, a Assembleia Nacional só mereceu alguma atenção devido à presença durante a breve primavera marcelista dos deputados da ala liberal que procuraram democratizar o regime por dentro, contando desde o primeiro minuto com a oposição cerrada dos duros do regime.

Depois do 25 de Abril, o Parlamento voltou a ser um órgão prestigiado, tendo nele assento homens livres eleitos democraticamente e verdadeiramente representativos do povo português.

Entretanto, o Parlamento, a nível de instalações, está a sofrer profundas mudanças. A nova ala de sete andares, dois dos quais subterrâneos, a estreitar depois das legislativas (Outubro), vai aliviar a falta de espaço com que luta o Parlamento desde que a sua actividade e competências explodiram a seguir ao 25 de Abril.

como o cerco à Constituinte, em 1975, o Parlamento, além do plenário, passou a incluir os gabinetes dos partidos, as numerosas comissões permanentes e eventuais, organismos autónomos e a ter um intenso relacionamento internacional.

Nos últimos 25 anos os seus serviços aumentaram muitas vezes pelo que teve de arranjar (dentro e fora do Palácio) novas instalações.

Na vizinha praça de S. Bento, o Parlamento construiu agora um parque de estacionamento subterrâneo que terá uma capacidade total para 460 automóveis.

A nova ala terá cerca de 120 gabinetes para deputados, um restaurante no terraço e um auditório.

O espaço interior do Palácio do Parlamento aumentou também com a construção de dois corredores para as comissões parlamentares e de um novo piso intermédio para gabinetes e serviços.

Também em estudo está o projecto de instalar no espaço deixado vago pela saída da Torre do Tombo - utilizando o antigo refeitório dos frades (notável pelos painéis de azulejos) - o Museu e o Arquivo do Parlamento (onde se conservam os cadernos eleitorais de todas as eleições desde 1834).



Antes, no tempo em que o cadáver de Carmona esteve depositado no salão nobre, funcionava apenas três ou quatro meses por ano e grande parte da sua área era ocupada pela Presidência do Conselho e pelo Conselho de Ministros. Depois de alguns acidentes de percurso

Construído em 1615, o antigo Mosteiro de S. Bento serviu varias vezes para reuniões das Cortes, antes de, após o terramoto, de que foi um dos edifícios a escapar, ter sido prisão (de Bocage), Academia Militar, Patriarcal, Torre do Tombo e (desde 1834) Parlamento.

Poder Local A grande vitória da Democracia

As actuais 305 câmaras municipais, apenas mais quatro que nas primeiras eleições autárquicas de 1976 - Amadora, Odivelas, Vizela e Trofa -, têm incomparavelmente, hoje, muito mais competências, dinheiro e funcionários. Até ao 25 de Abril de 1974, pouco mais faziam do que arranjar estradas.

Segundo os últimos dados, em 1996, havia 85680 funcionários autárquicos. Também o número de vereadores municipais aumentou desde Abril de 1974. Dos 1906 eleitos, no ano de 1976, passou-se em 1997 para 2021, isto é, 305 presidentes de câmara e 1716 vereadores.

Se excluirmos o CDS/PP que desde 1976



Mas se as competências não pararam de aumentar, as despesas também não. Em 1975 as autarquias gastaram 7,5 milhões de contos e em 1998 ultrapassaram os 842 milhões de contos. Porém, as receitas não cresceram da mesma forma: dos 7,8 milhões de contos em 1975, passou-se para os 839 milhões em 1997.

Longe vão os tempos em que os autarcas eram directamente nomeados pelos patrões do anterior regime e que, sem qualquer tipo de capacidade reivindicativa - devido à ausência de associações intermunicipais -, e com uma autonomia financeira quase nula, limitavam-se a mendigar individualmente participações da administração central. Quase sem receitas próprias os municípios, antes da Revolução de Abril, limitavam-se a gerir as prioridades definidas pelo poder central, já que as obras dependiam em grande parte da comparticipação do Estado.

Hoje, os municípios actuam em áreas que se estendem desde os equipamentos rurais e urbanos, aos transportes, ao saneamento básico, à educação, à saúde, à energia, passando pelos tempos livres, pela cultura e pelo desporto. Mas o aumento de atribuições e o crescimento populacional obrigaram ao alargamento

tem vindo a perder municípios - passou de 36 para oito em 1997 -, em todos os outros partidos não foram grandes as variações no total de municípios presididos. Nas primeiras eleições autárquicas o PS e o PPD/PSD conquistaram, cada um, 115 câmaras, enquanto a APU/CDU conquistava 37 e o PPM, uma. Em 1997, o Partido Socialista conquistou 128 municípios, o PSD 127, a CDU 41 e o PPM, um.

Se em 1974 o governador civil era uma figura emergente da sociedade dado que tinha um papel central ao nível da nomeação dos presidentes de câmara, hoje o seu papel está muito mais diluído. Em contrapartida, a figura do presidente de câmara emergiu nestes 25 anos de Poder Local. Se alguns municípios conheceram vários presidentes, outros houve que se mantêm desde as primeiras eleições, há mais de 20 anos. São os chamados «dinossauros autárquicos».

O mais antigo é Álvaro Pedro, à frente da Câmara Municipal de Alenquer desde 1975. Abílio Fernandes (Évora), Mesquita Machado (Braga), Fernando Caeiros (Castro Verde), Victor Martelo (Reguengos de Monsaraz) e Jaime Soares (Vila Nova de Poiares), constituem a lista dos principais «dinossauros».

AMÍLCAR AUGUSTO

A Revolução da Liberdade

Depois de 34 anos de vida sob um regime fascista, onde imperava o medo de ser acusado de comunista e preso pela PIDE, as aspirações eram limitadas pela falta de oportunidades e pela estratificação da sociedade, a revolução do 25 de Abril de 1974 representou para mim uma esperança e um deslumbramento que penso muitos de nós sentimos na altura e encaramos quase que em estado de choque.

Na altura era simpatizante do MDP/CDE e vizinho de um dirigente deste movimento. Nas últimas eleições tinha pela primeira vez votado na minha vida e neste partido. Cheio de ilusões, vãs, de que iríamos ganhar, de que a minha vida e a de todos se iria modificar para melhor.

Uma vida mais livre onde houvesse liberdade de expressão e igualdade de oportunidades e não houvesse o medo que tinha de me verem tirar da caixa do correio o jornal «Avante» que alguém fazia sempre o favor de lá colocar. Lembro-me que apesar das recomendações da minha família e dos vizinhos, alarmados com as notícias na rádio, nesse dia, consciente das minhas responsabilidades, fui trabalhar. Lembro-me também do estado de euforia que todos nós vivemos nessa época no meu local de trabalho, onde alguns trabalhadores ousaram desarmar a GNR e guardar as suas armas em local seguro. Felizmente tudo correu sem incidentes a lastimar, apesar desses actos quase «suicidas» terem sido praticados em resposta à interpretação, talvez excessiva e abusiva, de ordens dos movimentos da Revolução.

Vinte e cinco anos de liberdade de expressão é uma efeméride digna de se comemorar. Calar a boca àqueles que, talvez

ainda hoje vivos, usufruíram das regalias proporcionadas pelo regime opressor e diziam para se justificar e ao regime que a democracia não era para os portugueses, nós não estávamos preparados para tal. O comunismo tomaria logo conta do poder.

É evidente que nem tudo tem sido rosas. Estas também têm sempre espinhos. Muitos abusos são cometidos pelo uso da liberdade de expressão. A igualdade de oportunidades existe mas não é para todos, só para alguns. Mais para os espertos do que para os inteligentes. Hoje diz-se que para os que têm o «QI» mais elevado. O QI é que indica. Alguns políticos têm contribuído para uma certa descrença e cepticismo que se têm vindo a apoderar principalmente dos estratos sociais mais desfavorecidos, com as suas frequentes, radicais e súbitas mudanças de opinião. Nas bases do nosso partido esse cepticismo tem também vindo a ganhar poderosamente terreno. Para implementar políticas de solidariedade, de pôr as pessoas em primeiro lugar, seguindo o lema que nos orienta, não basta ter o cartão, ou pior, nem sequer o ter, é preciso senti-las no coração.

Mas camaradas não é hora para cepticismo. É hora de congratulação, de homenagem aos heróis da Revolução dos Cravos. Comoremos a efeméride das bodas de prata do 25 de Abril com a alegria que o evento merece e esperança no futuro. Esperança numa sociedade mais equilibrada e justa, com melhores oportunidades para todos, onde os nossos filhos e os nossos netos continuem a ter orgulho de dizer «eu sou português».

Viva o 25 de Abril. Viva o PS e viva Portugal!



ARNALDO GONÇALVES

Três gerações um 25 de Abril

Concluem-se 25 anos sobre o 25 de Abril de 1974. O momento deve favorecer uma reflexão profunda, um balanço sereno das enormes realizações, mas também de algumas sempre adiadas expectativas, geradas pelos Movimento de Capitães, em cada um de nós.

Balanço necessário, quer do ponto de vista das forças políticas e sociais existentes na sociedade portuguesa quer dos que em termos individuais o viveram como um momento único, imenso, merecedor de ser vivido, em toda a sua plenitude, em todas as suas contradições, na mágica dos seus sonhos, na imágistica das suas mensagens e projectos. Inscrevo-me nos que partilham dos acontecimentos de há 25 anos uma memória muito significativa e calorosa. Digo-o sem hesitação: não trocaria a brevidade dessa experiência por nada nesta vida.

Muito se tem dito do significado do 25 de Abril, em termos do lançamento das fundações da II República, mas gostaria de salientar que o aspecto mais marcante para mim foi o confluir das visões, das expectativas de três gerações suas contemporâneas e que se encontram marcadas por estes acontecimentos de uma forma distinta - não necessariamente conflituante, mas diferente, própria.

A geração dos 40-50 anos depositou na Revolução de Abril o concretizar dos seus sonhos de clandestinidade ou resistência, de um Portugal Democrático e Livre, que reabilitasse o país no concerto europeu, de que se encontrava apartado pela obstinação de Salazar e pela fraqueza de Caetano, na perpetuação da visão de um Portugal sozinho, seródio, rural, atrasado, aparentemente orgulhoso da sua pequenez e da sua catolicidade.

No fluir dos acontecimentos que se seguiram ao golpe militar, confrontaram-se duas perspectivas dessa geração marcada pelo exílio interno ou externo ou pela passividade e resignação: a visão dos que defendiam a adequação ao modelo liberal, ocidental, da democracia representativa - com mais ou menos colorações social-democratas e socialistas; os que no cumprimento dos sonhos da resistência pretendiam substituir o aparelho da ditadura pelo *apparatus* de uma autocracia de sentido contrário alinhada a Leste e à União Soviética, *partisan* de um socialismo real, puro e duro, em ruptura com a zona de influência geo-estratégica a que Portugal sempre se acantonara: a americana.

A geração dos 20-25 anos viu, por sua vez, na Revolução do 25 de Abril a ocasião e o ensejo para o teatralizar do seu Maio de 68 à Portuguesa, reproduzindo

seis anos depois, os arquétipos da luta ideológica e de militância política que, de uma forma policromática, haviam marcado o grande movimento de massas franceses: dos guevaristas aos trotskistas, passando pelos pró-albaneses, maoístas e socialistas radicais, os jovens de então desfraldaram a urgência de realização dos ideais em que acreditavam, sobre as cedências dos arranjos políticos, e o adiar dos projectos igualitários mais radicais, que a esquerda mais reformista, desde cedo, foi obrigada a contemporizar.

A revolução portuguesa foi vivida por esta juventude, maioritariamente estudantil e urbana, como uma *revolução permanente* e o seu contributo para o aprofundamento do processo democrático, em termos de abertura pluripartidária, da participação cívica, da demolição das estruturas do regime do Estado Novo, é hoje indissociável da história do próprio processo democrático.

Destacados líderes políticos dos principais partidos portugueses vão buscar a essas raízes da juventude a sua capacidade de combate e de liderança, num tempo em que a luta política se fazia com convicção, mas sobretudo com decisiva coragem física.

A geração dos que nasceram com o 25 de Abril ou pouco antes do seu eclodir, não tem dele particular memória, que não seja as dificuldades e contradições de um tempo presente. Identificada com as duas gerações anteriores na necessidade de modificar a sociedade, de lutar pelos seus direitos, esta geração não tem, contudo, a vivência da privação da liberdade, da repressão política, do envolvimento do país na guerra em África. A imagem que faz da Revolução vem dos documentários a preto e branco da Televisão portuguesa, do que lhe é ensinado pelos professores de história, do que lhe é relatado pelos pais.

É por isso uma imagem, em segunda mão, sem particular rigor histórico ou circunstancial, que não seja o que da Revolução ficou por fazer ou cumprir: a reforma da educação e da escola; o combate à pobreza; a luta por melhores oportunidades profissionais; a abertura do mercado de trabalho aos jovens; a aproximação efectiva do país à Europa e ao mundo; a luta contra a injustiça e o racismo; a defesa do ambiente são algumas das reivindicações que esgrimmam, com natural irreverência e irrequietude contra os que hoje exercem o poder.

Neles se cumpre o que de melhor teve o 25 de Abril: a necessidade de mudar comportamentos e atitudes, de ousar sonhar e contestar. Seria dramático se não o soubéssemos compreender.



CARLOS CARRANCA

O meu 25 de Abril de 1974

Opá, parece que houve um golpe de Estado!
- Quando? - perguntei baixinho para que o perfeito não nos ouvisse!

- Hoje, de madrugada!
- Deve ter sido o Spínola! - acrescentei por ter ouvido lá em casa algumas conversas do meu pai com amigos do «revirinho» e todos depositarem no general do monóculo algumas esperanças. O livro «Portugal e o Futuro», tempos antes, abria uma brecha na muralha colonial e a suspeita de que algo estava para acontecer no sentido da história, era voz corrente entre os que se interessavam por política.

No dia 3 de Outubro do ano de 1973, meu pai obrigou-me a abandonar Coimbra, o rãguebi e a Académica, onde eu perdera o 5º ano. Um chumbo do tamanho da paixão.

Tondela com o moço! E lá fui eu, coimbrão degredado em plena idade do enamoramento, estudar para um colégio cujo patrono era o poeta Tomás Ribeiro. Aí, entre muros e saudades de Coimbra, dos amigos e da Académica que, quatro anos antes, havia desafiado o poder e se tornara o símbolo - mais que nunca -, libertador, na manhã de 25 de Abril, um co-

lega do quarto ao lado, pelas sete horas, acordou-me dizendo «ó pá, parece que houve um golpe de Estado hoje, de madrugada!»

Nem o exemplo de Norton de Matos nem o de Humberto Delgado impediram um republicano, socialista e laico, como o meu pai, de me desterrar num colégio salazarista de «Deus, Pátria e Família» onde as visitas à capela eram obrigatórias ao levantar e ao deitar mas, e há sempre um mas, onde a certeza de que ali se estudava, calava fundo no seu coração agnóstico e doente.

Ao almoço, o filho do director (há já algum tempo a substituir o progenitor) falou no altifalante colocado na sala e disse do golpe de Estado em Lisboa e que desconhecia o lado político. Talvez, acrescentou, Kaulza de Arraga tenha decidido colocar, de novo, Portugal nos carris. E concluiu: «Por isso não se vão manifestar para a rua a favor da revolução de que ainda não se sabe nada. Se tal acontecer serão imediatamente expulsos!»

A meio da tarde, nós, os que já havíamos sentido a brisa fresca da liberdade, descemos as escadas do portão lateral do colégio e, misturados com os que saudavam o derrube da ditadura, gritámos pela primeira vez nas nossas vidas, o povo unido jamais será vencido!



DIETER DELLINGER

Profetas da desgraça

Vinte 25 anos após o 25 de Abril! «Vou às comemorações a pé, milhões de portugueses vão como eu, quase todos desempregados e na miséria tremenda, com salários e pensões em atraso. A indústria nacional parou há muito por falta de energia fóssil. E, neste aspecto, Portugal, como toda a Europa, mergulhou na crise com a criminalidade à solta por toda a parte e os pobres e desempregados a acamparem nas praças e jardins das cidades.» Se as profecias do «Clube de Roma» de há 26 anos atrás fossem verdadeiras, o mundo não teria mais petróleo. Os iluminados de então garantiam que na passagem para o ano 2000 todas as reservas petrolíferas estariam esgotadas e a civilização industrial e mercantil acabado de vez. Afinal, foi mais uma das profecias fa-

construção pública está a arrancar em força com novos projectos e com muitas obras de menor dimensão.

A globalização é hoje apontada como fonte de todas as desgraças futuras. Dado não conhecermos o futuro, tudo pode ser dito. Contudo, o futuro resulta daquilo que se faz hoje, e o que tem sido feito a nível mundial não permite vaticinar uma desgraça global, antes pelo contrário, apesar de que o processo criativo é sempre crítico em si mesmo. Saliente-se aqui a Internet, o desenvolvimento espectacular das ciências e das técnicas, mesmo as mais teóricas.

Assim, no campo do ambiente, paulatinamente se tem avançado na sua conservação e na introdução de técnicas menos poluentes. Em breve, as viaturas automóveis funcionarão com sistemas energéticos



lhadas.

Mais tarde, inspirados no fenómeno da concorrência, os profetas da desgraça não se cansaram de prever o fim da agricultura como o da indústria, do comércio, das pescas, da construção civil, etc., etc. Mas, quem não trabalha numa actividade produtiva pode julgar que está tudo no fim. Nada menos verdadeiro.

Na agricultura, por exemplo, a revolução dos viveiristas está aí, nos túneis de plástico, nas estufas irrigações gota-a-gota, nas novas sementes, na adubação verde, no aparecimento de novos cultivares forrageiros que tanto têm contribuído para o aumento da produção de carne.

Na indústria, desapareceram muitas unidades obsoletas, mas surgiram outras e as sobreviventes estão hoje mais fortes, apesar de que aqui como em tudo, impera a dinâmica da transformação crítica sob uma concorrência extremamente dura.

Na construção civil, não se concretizou a previsão recente de que terminado o ciclo «Expo» voltaria o desemprego em massa, as construtoras todas em falência. Está a suceder o contrário, a baixa dos juros, possibilitada pelo menor endividamento do Estado, veio permitir um autêntico «boom» da construção para os particulares e a

menos poluentes. Sucederá nas cidades pejudas de automóveis a mesma revolução que se verificou em Londres e tantas outras cidades da Europa do Norte quando surgiu uma nova atmosfera mais limpa após o desaparecimento das lareiras e fogões a lenha ou briquete.

Mesmo quanto ao euro, muitos especialistas diziam que seria uma moeda forte à imagem do marco alemão, baseada na cotação alta com taxas de juro sempre a subir e, como tal, incapaz de servir um ciclo de expansão das exportações europeias e contenção das importações. As recentes descidas do juro europeu e queda da cotação do euro mostrou que esta moeda serve também como instrumento contra o ciclo recessivo.

Alguns profetas vaticinaram o regresso de Guterres a Berlim com as mãos a abanar. Na verdade, a UE acabou por dar quase tudo o que Portugal queria. Agora, começaram a vaticinar o fim dos apoios a partir de 2006.

Não estamos num Maravilhoso Mundo Novo e Portugal não é um oásis. Mas também é verdade que todas as profecias negativas falharam e o contínuo crescimento da economia mostra que não estamos em crise.



EDMUNDO PEDRO



A autonomia ideológica do PS e o curso democrático de Abril

Na passagem do 25º aniversário da Revolução de Abril parece-me importante sublinhar o papel fulcral desempenhado pelo Partido Socialista, antes e depois da Revolução de Abril, primeiro na luta pelo seu advento e, em seguida, pela sua consolidação - processo que se desenvolveu no quadro de uma luta político-ideológica extremamente dura e, em certos momentos, mesmo, dramática. Essa tarefa só pôde ser conduzida até ao fim com êxito porque os socialistas tiveram o rasgo de compreender, antes da Revolução, que não podiam continuar a ser um simples apêndice da estratégia «unitária» do PCP - estratégia que visava a conquista do poder com a ajuda das forças da oposição democrática.

Com efeito, os comunistas vinham tentando, ao longo de dezenas de anos, colocar ao serviço da sua estratégia de conquista do poder (em nome da eficácia da luta contra o regime salazarista) todas as forças da oposição. Essa estratégia tinha passado por várias «frentes unitárias», controladas essencialmente pelo PCP, entre as quais é de citar, nomeadamente, as tentativas para criar a «Frente Popular» (durante a guerra civil de Espanha) - e a organização do MUNAF e do MUD, no fim da II Guerra Mundial.

No último decénio que precedeu a Revolução de Abril, o PCP retomou essa estratégia e avançou com uma nova iniciativa de pretensões «unitárias»: o MDP/CDE. Dessa vez, porém, os socialistas não se deixaram atemorizar pelo habitual anátema de «divisionistas» com que os comunistas procuraram sempre paralisar a acção de todos os que não aceitavam a sua hegemonia no seio da oposição. A essa iniciativa dos comunistas respondeu Mário Soares, Salgado Zenha e todos aqueles que os acompanharam, agrupados na ASP, com a formação da CEUD. Essa organização destinava-se, tal como o MDP/CDE, a disputar autonomamente, em 1969, as prometidas «eleições livres» - ou, pelo menos, a divulgar os pontos de vista dos socialistas durante o efêmero período da campanha eleitoral.

Mas o aspecto mais significativo dessa decisão histórica (aspecto que se revelou premonitório para o futuro, especialmente no decurso do período que se seguiu ao 25 de Abril) foi, justamente, a coragem de romper com a tradição de fidelidade à «luta unitária» alimentada pelo movimento comunista, visto que tinham compreendido que essas propostas se destinavam unicamente, como referi, a paralisar a acção política e a independência ideológica dos socialistas - e a subordiná-los, portanto, aos objectivos estratégicos do PCP.

É hoje indubitável que essa iniciativa, a que se juntou a de fundar o Partido Socialista antes do 25 de Abril, teve uma importância decisiva no decurso do complexo processo político que se desenvolveu ao longo dos anos de 1974/75 - e que culminou no 25 de Novembro de 1975.

No caso português, a tática comunista que Vaclav Havel definiu como o «princípio da eliminação» foi inviabilizada pela lucidez dos socialistas liderados por Mário Soares. Ao contrário do que aconteceu nos países do Leste europeu (onde os comunistas utilizaram, com êxito, esse «princípio» - e fizeram desaparecer, em nome da «unidade da classe operária», os respectivos partidos socialistas nacionais), em Portugal, graças à clarividência dos socialistas, essa tática não resultou.

O mérito de Mário Soares e dos que o acompanharam foi, pois, o de ter tido a visão e a coragem de, em devido tempo, separar as águas.

O corte radical entre uma concepção democrática do socialismo e a sua perversão totalitária, consumada naqueles iniciativas fundamentais, consagrou a autonomia ideológica e, consequentemente, estratégica, que permitiu ao Partido Socialista liderar a luta pela Liberdade no pós 25 de Abril. E foi essa autonomia (que o PCP, recorrendo aos mais diversos expedientes - que, passaram, inclusivamente, pela tentativa de satelizar o PS do decurso do seu 1º Congresso na legalidade, de modo a submetê-lo, posteriormente, ao «princípio da eliminação») que permitiu ao Partido Socialista liderar a luta pelo respeito da vontade popular durante o PREC. Foi essa autonomia que lhe permitiu assumir, com êxito, a direcção da luta do povo português pela consagração do rumo democrático da Revolução de Abril. Foi essa autonomia, enfim, que permitiu salvar a Revolução de Abril da sua perversão totalitária. O «princípio da eliminação», que tantos êxitos proporcionara aos comunistas (e que estes se preparavam para utilizar no nosso País), não resultou entre nós graças à clarividência e coragem política dos dirigentes do PS - e, antes de mais (é justo reconhecer), de Mário Soares e de Salgado Zenha.

Na passagem do 25º aniversário do 25 de Abril parece-me importante sublinhar a influência determinante que a autonomia ideológica e política do Partido Socialista teve na clarificação político-militar que levou à consolidação do regime democrático. O Partido Socialista foi, indiscutivelmente, o principal agente político dessa clarificação. Cabe-lhe, sem contestação, esse mérito. Por isso ele está, e estará, no coração de todos os portugueses que amam a liberdade!

FERNANDO PEREIRA MARQUES



O 25 de Abril à beira do Sena

Não era só em Portugal que se acompanhava com ansiedade e emoção os acontecimentos do 25 de Abril. Em Paris, então a segunda maior cidade portuguesa, em cuja região viviam milhares de emigrantes, de jovens fugidos à guerra e muitos refugiados políticos, logo de manhã as rádios principaram a emitir os primeiros ecos de que algo se passava, e jornais vespertinos,

tipicaram na primeira manifestação da sua vida, me entoar em altos berros e ritmadamente: «O Povo Unido Jamais Será Vencido.»

No dia seguinte de manhã, apesar da noite mal dormida, não tanto por hóspedes a terem perturbado - havia poucos -, mas por causa da agitação

em que ficara mergulhado, encontrei-me com o Carlos. Descemos o boulevard Saint



como o «Le Monde», já dedicariam toda a primeira página e outras no interior ao movimento militar: «Entre as Aclamações da Multidão - Um Movimento das Forças Armadas toma o Poder em Portugal - Um governo provisório dirigirá o país até à organização de eleições livres.» Seria mesmo desta? Havia os cépticos, os cautelosos, os que não confiavam em militares e, sobretudo, em generais como Spínola. Eu era um deles.

Mas Adolfo Ayala, velho resistente antifascista, homem de múltiplos combates, antigo fiel colaborador de Humberto Delgado, assegurou-me que desta vez era a sério quando, ao fim desse dia de 25, lhe telefonei do Hotel onde trabalhava como recepcionista expondo-lhe as minhas dúvidas. O seu optimismo era inabalável. Depois de tantas esperanças frustradas durante quarenta e oito anos, de tantas derrotas e momentos em que era preciso ser forte para continuar a acreditar, tinha chegado o dia.

Liguei o transistor que normalmente me acompanhava durante as horas nocturnas que era preciso preencher e procurei sintonizar uma rádio portuguesa. Captei o Rádio Clube que, por qualquer razão técnica que não sei explicar, chegava com uma nitidez e força pouco habituais. Estive horas a ouvir a leitura de comunicados, músicas marciais e canções do Zeca e de outros até então considerados subversivos. Comecei a render-me à evidência, reforçada por um telefonema no qual a minha mãe que acabara de, nas ruas, par-

tipicando comprando nos quiosques toda imprensa que, em diversas línguas, noticiava o acontecimento nas primeiras páginas: tinha caído a mais velha ditadura da Europa.

Na Livraria Portuguesa, onde Ayala pontificava como «livreiro» sui generis, situada num primeiro andar da rua Gay Lussac - em pleno Bairro Latino -, os parisienses viram, não sem espanto, ser hasteada uma bandeira verde-rubra. Mais do que nunca a livraria se tornou um ponto de encontro onde se ia em busca de notícias, e naquele dia também festejar o que se passava «lá em baixo», bebendo cerveja e champagne que Ayala, de olhos brilhantes de alegria no rosto normalmente severo, oferecia assumindo, generosamente, o seu papel de anfitrião. Multiplicar-se-iam os telefonemas, inclusive de e para Portugal, ouvindo-se, por vezes, os ruídos de fundo da festa, as palavras gritadas da alegria, e já não se media o que se dizia com receio das escutas da PIDE. Acompanhámos ansiosamente a controvérsia que decorria em torno da libertação dos presos políticos, dado a Junta de Salvação Nacional inicialmente não querer libertar todos. Quando as televisões, mais tarde, principaram a mostrar imagens, e vi alguns amigos e camaradas, como o Palma Inácio, rejubilando com a liberdade reconstruída, percebi que o exílio tinha acabado, que novos desafios ia ser preciso enfrentar e que outros combates se anunciavam.

IGLÉSIAS COSTAL

25 anos de (r)evolução fugidia

Estava em África, mais concretamente na Guiné-Bissau, e foi pela BBC que ouvi, pela primeira vez, o som significativo do código inicial para o 25 de Abril «Grândola Vila Morena». A seguir o desenrolar da Revolução. Foi com emoção e muita alegria que tomei conhecimento do fim de uma ditadura que excluía o que é mais importante, ou deve ser, na vida de um ser humano: a Liberdade.

Este movimento que já se esperava, pelo menos, em esperança, que um dia viesse a acontecer. Desde os meus tempos de estudante no ISEL, vínhamos a chamar a atenção para a política que na altura era utilizada contra o povo português.

Em África li o livro «O Portugal e o Futuro» e por aí já se percebia que o regime decadente estava em ruptura iminente.

Passaram 25 anos e é com alegria que revivo mais uma vez este dia, mas também com preocupação, pelo facto de ao passarem 25 anos do novo Abril continuar a

ver injustiças, pobreza, exclusão e em algumas situações pouco ou nenhuma democracia. A democracia desejável é a de todos para todos.

O 25 de Abril não foi ainda cumprido. Enquanto houver desemprego, exclusão, baracas, pensões miseráveis, salários de miséria, trabalho infantil, desprezo pelos deficientes, gestores incompetentes, políticos oportunistas, partidos políticos sem desígnios, prisões cheias, justiça sem justiça, hospitais com listas de espera, educação sem sentido profissional, falta de visão estratégica para o futuro, despesismo, desperdício, desorganização, mordomias em milhões de contos ano para alguns, sectarismo fiscal etc., etc. Enquanto tudo isto continuar, após 25 anos do Abril, a democracia está doente e o 25 de Abril não está a ser a esperança que os portugueses nele apostaram e depositaram.

Enquanto houver um só português que não viva com dignidade o 25 de Abril estará por cumprir Cumpra-se Portugal...



JOEL HASSE FERREIRA

O 25 de Abril 25 vezes

As bodas de prata do movimento militar do 25 de Abril, que desencadeou a Revolução dos Cravos, merecem uma comemoração condigna e uma adequada reflexão.

A virtude original do 25 de Abril radica no derrube de um regime ditatorial enfraquecido e desgastado pelo que tinha sido um dos seus instrumentos privilegiados de dominação = o conjunto das Forças Armadas.

Estas, decapitadas e depuradas dos seus sectores democráticos entre 1926 e 1936, anulados aqueles que no pós-guerra e de 58 a 62 procuraram derrubar a ditadura, retomaram uma tradição secular de intervenção na vida pública. Em Abril de 74, os sectores mais activos e democráticos das Forças Armadas cansados de um regime gasto e corrompido, desencadearam - através dos seus capitães e subalternos, com o apoio de alguns maiores e coronéis, de poucos oficiais gerais mas com a intervenção de muitos milicianos e o entusiasmo dos soldados - um processo de derrube do regime que simultaneamente abriu caminho para a instauração da democracia e para o abandono das frentes africanas de luta militar, implicando a queda do poder colonial.

Interessará, entretanto, relembrar que, durante o processo revolucionário, diversas tentações se atravessaram no caminho para a institucionalização da vida democrática. Não esqueçamos que modelos totalitários de inspiração social ou esquemas populistas mais ou menos utópicos ou dogmáticos poderiam ter pervertido o rumo da revolução. Temos ainda em conta que, entretanto, a direita mais conservadora espreitava, procurando oportunidades para restabelecer privilégios e cercar liberdades.

É justo afirmar que os capitães de Abril não só conduziram o movimento militar que criou a Revolução de Abril como os seus sectores mais lúcidos e generosos bloquearam o restauracionismo estononovista e as tentações de deriva totalitária. Mas foi o PS que, constituindo a espinha dorsal do novo sistema político, liderou e pilotou o combate político pela liberdade e pela institucionalização democrática.

A visão de Mário Soares, que após trinta anos de luta democrática, criou o PS um ano antes da revolução, a partir da ASP foi fundamental durante o processo revolucionário. Hoje, fosse qual fosse a posição que cada um dos intervenientes políticos e dos principais actores sociais tenha tido durante os processos revolucionários e de institucionalização democrática, é justo reconhecer que o PS foi o instrumento político-partidário essencial no combate por essa mesma institucionalização democrática. E ulteriormente, conseguiu alargar progressivamente o seu espaço político, promovendo sucessivamente a eleição de Presidentes da República apoiados pelo PS, apresentando o pedido de adesão ao que é hoje a União Europeia, assinando (pela mão de Mário Soares e Jaime Gama) o Tratado de Adesão e conduzindo Portugal à participação no euro - a moeda europeia (sob a liderança de António Guterres e com Sousa Franco nas

Finanças).

O balanço dos 25 anos do 25 de Abril é muito positivo na generalidade dos aspectos.

No plano internacional, reforçámos a nossa participação na NATO, passámos a integrar a Comunidade/União Europeia, de tal forma que neste ano surgiu a perspectiva de Guterres ser presidente da Comissão (o que recusou) e de Mário Soares vir a presidir ao PE (o que também dependerá da votação obtida no plano nacional).

Na área económica, a revolução de Abril e o papel dos socialistas, convergindo no PS que de herdeiro das tradições republicanas e socialistas se foi transformando cada vez mais num grande partido nacional da esquerda moderna e do centro esquerda, permitiram a adesão à União Europeia e o consequente afluxo de fundos, renovado agora com a Agenda 2000 negociada de forma brilhante. Com o governo socialista de Mário Soares conseguiu-se estabelecer a democracia, com o governo socialista de Guterres conseguiu-se um novo impulso desenvolvimentista, com uma taxa de crescimento claramente superior à média europeia.

No plano social, devemos lembrar que em 25 anos se fez um longo percurso. A criação do salário mínimo (ainda durante o período dos governos provisórios) e do rendimento mínimo (já no governo de Guterres), o reconhecimento e apoio legal a estruturas sindicais democráticas são marcos relevantes das conquistas de Abril no plano social. Como hoje, a concertação estratégica idealizada pelos políticos e pelos sindicalistas socialistas assume o seu papel relevante de elemento decisivo da estabilidade social e, consequentemente da estabilidade política democrática.

No plano institucional, sucessivas revisões constitucionais procuraram aperfeiçoar o funcionamento do sistema democrático, com predominância da vertente parlamentar mas mantendo uma importante função presidencial.

Essencialmente, os 25 anos do 25 de Abril permitem-nos reflectir sobre as alterações na vida quotidiana dos portugueses. Escolas e sindicatos livres, imprensa, rádio e televisão livres, associações livres foram elementos essenciais na construção participada de uma democracia cívica e socialmente vivida. Partidos políticos democráticos e poder local democrático, obviamente Parlamento eleito e Presidente da República eleito, Tribunais independentes foram instrumentos e órgãos indispensáveis no funcionamento de uma democracia participada e institucionalizada. O 25 de Abril veio a permitir que o último quarto deste século fosse o da democracia. O primeiro quartel do século XX tinha sido dominado pela monarquia declinante e pela primeira República. O segundo e terceiro quartel do mesmo século foram o tempo da ditadura militar, do Estado Novo e do chamado Estado Social, em suma, do atípico fascismo português. O último quartel, graças ao 25 de Abril, foi o da democracia vivida e participada.

Assim, o século XXI consolide essa democracia, e a revivifique, num quadro nacional e europeu aberto ao mundo.



MANUEL ALEGRE

Cada um de nós sonhou com uma revolução

O Programa do MFA tinha três «D»: descolonizar, democratizar e desenvolver. Nessa perspectiva, a revolução portuguesa é uma revolução vitoriosa. Mas há um problema não resolvido com o 25 de Abril. À direita e à esquerda. À direita, porque parte dela não se reconhece na matriz fundadora da democracia. Não gosta dos cravos vermelhos, detesta os capitães, pronuncia a custo a palavra Abril. O seu imaginário é outro. À esquerda, porque cada uma das suas componentes tem o seu Abril. Há um 25 de Abril do PCP, outro da extrema-esquerda, outro ainda do PS. E há um Abril que é um confronto entre os diferentes projectos das várias esquerdas, um confronto da esquerda com a esquerda. Ou, com mais rigor: entre o modelo de tipo soviético, chinês ou albanês e o modelo democrático.

É neste contexto que tem de ser apreciada a frase de Saramago, sobre a qual já Mário Mesquita e Eduardo Prado Coelho disseram o essencial. Este é um tempo de



comunicabilidade antidiscurso, antidebate, antipensamento. Tempo de «mestres das pequenas frases» ou das pequenas frases que podem tirar os mestres. Foi provavelmente o que aconteceu. Eduardo Prado Coelho lembrou como Eduardo Lourenço foi traído pela ironia de um título – O Fascismo Nunca Existiu. Quem não leu o livro interpreta à letra. Sucederá o mesmo com quem não ouviu Saramago e só leu a frase. Ou talvez não. Talvez Saramago tenha dito o que pensa e sente. Sou amigo de Saramago. Estou-lhe grato pelo Nobel. Mas em Abril de 1975 o seu projecto não era o meu. O seu 25 de Abril não é exactamente o meu. Não é a festa, nem é o luto. A festa, para mim, é absoluta, porque o 25 de Abril significou o regresso a Portugal de um exílio imposto e sem remédio. O luto é relativo. Cada um de nós sonhou com uma revolução que não se concretizou. Mas a festa da vitória da democracia política sobreleva em mim o luto da revolução inacabada. Para Saramago, o 25 de Abril acaba talvez em 25 de Novembro. Para mim, o que acaba em 25 de Novembro é a

tentação que estava a comprometer o próprio 25 de Abril. Novembro mata uma certa revolução, mata inclusivamente a utopia do socialismo com liberdade. Mas consolida a democracia. A democracia como substantivo, como princípio e fim, não como momento táctico de novos assaltos aos míticos palácios de Inverno.

Esta é uma questão por resolver nas relações da esquerda com a esquerda. E de cada uma das partes da esquerda com o seu próprio imaginário. E é esta questão que explica talvez a frase do meu amigo José Saramago.

A verdade é que Portugal não seria o mesmo sem o 25 de Abril. E o mundo também não. Abril foi uma revolução democrática vitoriosa. E, nesse sentido, precursora. Mostrou que era possível passar de uma ditadura para a democracia sem cair numa nova ditadura. Sem Abril Portugal não seria o que é. Mas a Espanha também não, nem a Grécia, nem talvez o Brasil. Portugal não seria o mesmo. Nem cada um de nós. Ape-

sar da restauração capitalista, das tentativas de branqueamento de Salazar e das várias distorções ao próprio funcionamento da democracia. Mesmo que por vezes se consiga falsificar a História, mesmo que a direita não consiga engolir o Nobel de um escritor de esquerda, mesmo quando parece que está a perder, é o 25 de Abril que continua a ganhar. Porque todos os que dizem mal dele estão, sem querer, a render-lhe homenagem. Porque foi o 25 de Abril que restituiu aos portugueses, mesmo aos que são contra ele, o direito de viver sem medo, de falar sem medo e, sobretudo, de discordar sem medo. Essa é a diferença, a vitória e a superioridade moral do 25 de Abril. E é por isso que, sem ele, Portugal não seria o mesmo. E Saramago também não. Uma coisa é a evolução, outra uma revolução, «ruptura de progressividade», dizia Plekhanov. Fica na vida, no imaginário, na afectividade. E também nos livros. Vencedora ainda que vencida. 25 de Abril, sempre.

In «Expresso»

MANUEL COSTA E MELO

O 25 de Abril e o PS

Por estranho que possa parecer, só connosco o PCP pode orgulhar-se de já «ser gente» quando, na madrugada gloriosa de Abril, a Liberdade foi restituída ao povo português, depois de 48 anos de asfixia pidesca. Era tudo açaimos para a Liberdade e só assim Salazar e os seus caudatários conseguiam calar o povo, salvo naquelas fugazes ocasiões em que, a pretexto das eleições camufladas pelo disfarce de cadernos eleitorais de mentira, ou comemorações cuja proibição «pareceria mal», era concebida a «Liberdade suficiente» para uns discursos de circunstância ou almoços e jantares de conveniência.

Por isso causou estranheza com o seu quê de pânico, em 12 de Junho de 1974, escassas semanas após a Semana Santa de 15 do Abril ao 1º de Maio, fosse anunciado o primeiro comício do Partido Comunista, após a clandestinidade a que o 25 de Abril pôs cobro.

Era no Teatro Aveirense, esse cenário de tantas reivindicações históricas, designadamente o 1º e o 2º Congresso Republicano de Aveiro, de 1957 e 1969! O 25 de Abril tinha sido uma revolução contra a guerra e contra o fascismo e, portanto, com as velas da sua nau bem enfunadas pelos bons ventos de esquerda, aqueles que visavam ajudar na construção do tal «Mundo Melhor» de que tanto e tão bem falou Mário Sacramento.

E é agora, 25 anos depois e perante aquelas acusações directas ou disfarçadas que têm sido dirigidas ao PS, só pelo facto de ter sido vitorioso em eleições legítimas e, em consequência, ser Governo deste Portugal, que com tanta e salutar abrangência se prepara para festejar essa data grande da sua História, não só da recente, mas da de sempre, já que não há Descoberta, nem Restauração, nem Conquista que valha a da Liberdade.

Por isso ousei trazer para aqui, em contributo para o «fogueteiro» da alegria de todos, as palavras que, em representação do PS, preferi nessa memorável sessão do Teatro Aveirense.

Disse eu, então, e ainda o diria, hoje, com igual sinceridade:

«Coubem-me a honra, como militante que sou do Partido Socialista, de vir aqui, em nome do meu partido, saudar o Partido Comunista Português, o partido irmão na luta antifascista, o partido irmão na tarefa comum da consolidação da Democracia em Portugal, o partido irmão na missão da defesa intransigente das classes trabalhadoras.

Tudo nos une no presente momento histórico.

Nada nos deverá separar na luta pela conquista dos objectivos comuns que são, particularmente, todos os do povo português.

Que quer ser livre;
Que quer escolher o seu caminho;
Que quer segui-lo sem condicionamentos de natureza económica e social;
Que saberá, no momento de julgar oportuno, impor a sua vontade na defesa dos seus interesses sagrados.

Os nossos partidos não são partidos do 26 de Abril.

Os nossos partidos não são – nunca o serão – partidos que se imponham pela força às massas trabalhadoras de Portugal. E não o são porque foram cimentados na clandestinidade imposta pela tirania fascista.

E não o são porque derivam, necessariamente, do povo trabalhador que os integra e lhes impõe a disciplina necessária à força intransigente dos seus objectivos mais elevados.

Somos, talvez, diferentes, na forma como pretendemos atingir os objectivos finais. Mas agora, nesta página da História que o povo português soube escrever com o seu sangue e o Movimento das Forças Armadas quis voltar, por mercê da acção patriótica dos seus jovens oficiais e soldados, temos uma tarefa a cumprir, lado a lado.

Essa tarefa é tanto mais importante e decisiva de vigilância das manobras traiçoeiras e de denúncia dos crimes até agora impunes.

Essa é, de momento, a tarefa dos nossos dois partidos, aquela que as massas trabalhadoras esperam ver levada a cabo por aqueles que consideram seus representantes na luta antifascista. É por isso que em nome do Partido Socialista, eu vos saúdo, militantes do Partido Comunista Português, nesta etapa de luta comum contra a guerra e contra o fascismo por mais disfarçadas que sejam as máscaras sob as quais se apresentam essas formas de crime.»

A Esquerda tem-se muitas vezes mutilado com tiros que dá nos próprios pés, quando se esquece de uma das mais elementares regras da Democracia: o Pluralismo.

E é porque ainda considera, as palavras que então disse, como verdadeiras, que as trago para aqui com a ideia de que carregando embora alguma culpa no alforje, não deixarão de ajudar os ombros de quem o carrega, tanto a caminho do Capitólio como da Rocha Tarpeia.

MARQUES JÚNIOR



Mensagem de Abril

Ao comemorar-se mais um aniversário do 25 de Abril de 1974 é normal recordar o que ele foi e representou para todos os portugueses e ao mesmo tempo perspectivar o futuro.

Se hoje é relativamente fácil falar do tempo da ditadura, das motivações que estiveram na origem da revolução e dos tempos da consolidação da democracia, é bastante mais difícil imaginar o que será o nosso futuro colectivo.

O regime que se vivia em Portugal era violador dos mais elementares direitos humanos onde não cabiam expressões como Democracia e Liberdade. Havia a censura. Não havia liberdade de reunião, de manifestação, de expressão. As pessoas podiam ser presas, torturadas e assassinadas só por pensarem de maneira diferente. Havia a guerra colonial e havia a polícia política que vigiava até a consciência dos portugueses. Portugal estava isolado internacionalmente e havia ainda uma forte emigração, quer por razões económicas quer para fugir à guerra. Portugal era um país subdesenvolvido e isolado da comunidade internacional. Este era o quadro que determinava a pressão que era exercida sobre nós, oficiais dos quadros permanentes, principalmente sobre os mais novos porque eramos nós que tínhamos o contacto mais directo com os soldados e militares milicianos.

Este quadro foi determinante para a organização do MFA que conduziu à Revolução.

Descrever esse período não é fácil, mas havia em todos nós, mesmo sem o racionalizar, uma ideia de que nos estávamos a meter numa aventura de consequências imprevisíveis.

A carreira militar e mesmo o risco da nossa própria vida não estavam nas nossas primeiras preocupações.

Tudo era secundarizado perante o grande problema de consciência que resultava do facto de, ao menos por omissão, podermos ser responsabilizados pela manutenção do regime uma vez que éramos nós que dispúnhamos da principal força.

No desenvolver de todo este processo viveram-se momentos de grande tensão mas também de grande empenhamento. A camaradagem assumiu-se em toda a plenitude. A vontade tornou-se acção e aconteceu Abril!

Ao som da «Grândola Vila Morena» iniciou-se a queda do regime e a palavra Liberdade assumiu a magia que tudo transformava. De imediato os sonhos tornaram-se realidade e a vontade «movia montanhas». «Querer é poder» deixava de ser uma utopia.

Comungávamos todos de uma alegria imensa e não podia nunca imaginar (na altura, como agora) recompensa maior. Ao contrário, sou eu que estou em dívida para com o povo português pela forma como manifestou a sua alegria pela Revolução. Nunca mais esquecerei. Recompensa? Já imaginaram o que é ter participado numa acção que devolveu a soberania ao povo português e que lhe permite viver hoje em Liberdade e Democracia? Já imaginaram o que é participar numa revolução sem dar um tiro, que ficou conhecida como a Revolução dos Cravos? Já imaginaram o que é, ter participado num acto, reconhecido em todo o mundo como a mais bela Revolução da história da humanidade e que influenciou de forma decisiva, o aparecimento de outras democracias no mundo?

Que maior recompensa que a de ter contribuído para a Liberdade de um povo? Sinceramente não consigo imaginar recompensa maior.

Não foi um percurso fácil estes 25 anos da Democracia e Liberdade. A sua consolidação passou por períodos de grande e generoso entusiasmo popular que através da sua dinâmica e espírito criativo criou as bases da afirmação popular e democrática, mas também passou por períodos de grande tensão que criaram divergências e perturbaram a nossa sociedade.

Foram, no entanto, períodos ricos de experiência, em que os cidadãos tomaram nas suas mãos o seu destino e afirmaram Portugal no mundo, influenciando experiências democráticas em muitos outros países como é geralmente reconhecido.

Ninguém de boa fé questiona hoje a importância do 25 de Abril, quer no que diz respeito à nossa vivência democrática, quer no que diz respeito ao nosso desenvolvimento e à nossa completa integração na comunidade internacional onde somos respeitados e considerados. Passado 25 anos do 25 de Abril podemos pois afirmar que estão, no essencial, cumpridos os objectivos a que nos propusemos e que estão criadas as condições políticas que vão permitir, no futuro, aperfeiçoar a nossa democracia e «afinar» o nosso desenvolvimento.

Vivemos na sociedade da informação em que tudo se tornou rapidamente passado, tal a velocidade com que os acontecimentos se sucedem, fruto principalmente de uma dinâmica da vida moderna que torna obsoleto o que ontem era novidade.

Há mesmo sintomas preocupantes dessas alterações relativamente a valores e princípios estruturantes da nossa sociedade, com influência directa ao nível de estabilidade psicológica e com consequências várias na nossa organização social.

Estruturalmente a sociedade está diferente e melhor mas o futuro que começou ontem para os jovens apresenta um quadro de grandes dificuldades, em que a incerteza é a única certeza que hoje têm.

A minha geração tem obviamente responsabilidades na construção desta sociedade, permanecendo a esperança de que o futuro, considerando o sentido da História, será de mais progresso e de maior justiça social. E somos nós, todos nós, que o vamos construir.

Se me permitem, eu gostaria de deixar aos jovens uma mensagem: a luta pela democracia e pela liberdade custou muitas vidas e sacrifícios. São valores que não se podem considerar irreversíveis, antes pelo contrário, temos de todos os dias na família, na escola e no trabalho defendê-los, aperfeiçoando a nossa acção cívica e fortalecendo a nossa exigência como homens livres que somos e que queremos continuar a ser.

A mensagem de Abril é recordar a grande determinação e entusiasmo que o povo português mostrou na defesa dos ideais da Liberdade e da Democracia.

A mensagem de Abril é ter presente que apesar dos erros e excessos cometidos, nunca houve uma revolução tão bela, tão generosa e tão fraterna.

A mensagem de Abril é assumir a responsabilidade de manter viva a esperança dos ideais da Revolução e lutar pela sua concretização.

MARCELO CURTO



A luta sindical no 25 de Abril

Para fazer a História do 25 de Abril é necessário saber o papel dos sindicatos democráticos nessa caminhada.

A acção dos serventuários «sindicais» do regime corporativo começou a ser minada alguns anos depois do início da guerra colonial. Esses agentes da colaboração entre patrões e trabalhadores viam a impossibilidade de continuar a ficção da paz social do fascismo. A própria guerra, a emigração e o desenvolvimento económico europeu reflectiam-se na mentalidade e na acção dos trabalhadores. O desaparecimento de Salazar e a reforma legislativa que se seguiu permitiu eleger direcções sindicais de críticos e opositores ao regime corporativo-fascista que, no campo sindical teve consequências inelutáveis: os novos dirigentes sindicais passaram a exigir condições de trabalho e níveis salariais justos e justificados por estudos económicos bem elaborados e pela acção de juristas determinados a defender os direitos dos trabalhadores.

A vaga reivindicativa começada em 1969 traduziu-se na preparação de fundamentações legais de um Direito de Trabalho até então inexistente e na criação de formas organizativas para impor negociação das condições de trabalho que rapidamente geraram novas leis de convenções colectivas de trabalho, a que só faltava o recurso à greve, a qual no entanto foi utilizada quando se chegava ao impasse negocial.

Em toda esta evolução agiam resistentes e opositores ao fascismo cuja experiência fora adquirida na luta política mas não se limitava aos comunistas: católicos progressistas, socialistas e republicanos democráticos ressurgiam como se a resistência ao salazarismo tivesse uma transmissão de gerações que a repressão policial e o cansaço não conseguiram extirpar do ânimo das reivindicações democráticas centradas na liberdade de organizações e na exigência do respeito pelos direitos do homem.

A Intersindical resulta dessa vontade e da necessidade de os sindicatos se reunirem e traçarem a acção nos interesses comuns. Desde Outubro de 1970, a Intersindical cresce com a exigência de direitos vitais para os sindicatos: o direito de reunião, o direito a horários justos e humanos, o direito de representação intersindical na Organização Intersindical do Trabalho (OIT), entre outros.

Quando em Maio de 1971 a Intersindical elege representantes dos trabalhadores à OIT, Marcelo Caetano considera que se tinha ido longe de mais. A repressão policial, que já tinha mostrado os dentes a alguns sindicatos (Metalúrgicos, Lanifícios, Caixeiros), abate-se com brutalidade sobre as reuniões intersindicais. As reformas

legislativas recuam e as reuniões da Intersindical passam a semiclandestinas. Entretanto, vários dirigentes sindicais vão parar à prisão, onde são torturados para confessarem a sua ligação com o Partido Comunista. A direcção do Sindicato dos Metalúrgicos é destituída por uma Comissão Administrativa nomeada pelo ministro das Corporações. O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas é encerrado temporariamente, várias reuniões sindicais são proibidas e os Caixeiros são espancados enfrente da Assembleia Nacional.

Mas a Intersindical não se desfaz nem se cala. Várias reformas legislativas são reclamadas e a luta dos sindicatos endurece, o conflito laboral da TAP leva a brutal repressão sobre os trabalhadores da companhia aérea. A luta pelos delegados sindicais eleitos não esmorece. A organização da Intersindical e dos sindicatos democráticos torna-se mais forte e determinada e chega ao 25 de Abril com uma capacidade de luta que se vai revelar decisiva para o movimento popular depois do 25 de Abril.

É certo que, rapidamente, os comunistas dominam e conduzem a Intersindical. Mas não todos os sindicatos. Para quem conhece a organização política da oposição ao fascismo, no 25 de Abril não estranha o domínio sindical do Partido Comunista. Porém, a evolução do pós-25 de Abril torna clara a oposição de vários sectores laborais à moderação do PCP de que é um exemplo marcante a lei da greve de Agosto de 1974 que é recusada pelos trabalhadores e pelos PS, então em fase de organização do movimento sindical democrático. Exemplo claro da oposição ao PCP é a luta dos trabalhadores dos CTT por melhores salários e pela criação do seu sindicato contra as reservas do PCP.

Entretanto, novos sindicatos surgem, libertos da tutela do PCP e a luta contra a unidade sindical, como unidade imposta, conduz à vitória de listas sindicais democráticas em vários sindicatos. A luta pela unidade sindical em liberdade continua, mas a insistência da Intersindical pelo domínio dos sindicatos produz o inevitável pluralismo sindical em que ainda hoje vivemos. Do que ninguém pode duvidar é da importância da luta sindical antes do 25 de Abril, ao lado da luta política e do Movimento dos Capitães na eclosão do 25 de Abril e, sobretudo, na preparação dos trabalhadores para a dinamização do movimento popular de apoio aos Capitães de Abril e à acção partidária.

Independente dos partidos políticos, mas solidário na luta pela liberdade, o movimento sindical constituiu um factor decisivo na Revolução dos Cravos e na consolidação do regime democrático em Portugal.

MEDEIROS FERREIRA



25 Anos do 25 de Abril

Para quem como eu era exilado político, a notícia do 25 de Abril sabida cedo em Genebra, foi o anúncio do passaporte para a liberdade e para o regresso ao Portugal democrático. Não tive dúvidas quanto à natureza das modificações operadas no nosso país, pois as havia de certa maneira previsto na tese que enviara há mais de um ano para o Congresso de Aveiro e em que dizia:

«Neste último quarto de século o País as-

do Novo está paralisado perante o problema. Mais do que determinação de continuar a guerra colonial, o discurso de Janeiro do Presidente do Conselho revela tal paralisia. O regime não encontra outra saída do que a guerra e esta não constitui uma.

Está pois paralisado o regime e os interesses que lhe animam a existência perante o problema colonial, mas não o poder estar o País. Este tem de impor urgentemente uma política de



siste, desorientado, à justaposição de problemas que se lhe põem, os quais isolados uns dos outros já seriam graves e juntos seriam insolúveis. O regime é responsável por essa acumulação e a natureza do Estado Novo leva a que o actual Governo se remeta a um pacato empirismo, preferindo a rotina da crise às medidas capazes de resolverem os problemas portugueses. Todavia aproximam-se para Portugal prazos inadiáveis para a resolução das suas dificuldades. Estas podem-lhe alterar a alma e a fisionomia. A Nação encontra-se em jogo e com ela o destino das classes sociais que a habitam e a informam.

Na realidade, no preciso momento em que o processo de integração europeia se acelera e nos abrange, com riscos a médio prazo, mas com enormes vantagens a longo, no caso de estarmos preparados, encontra-se o País a contos com uma guerra colonial longa de mais de dez anos. O que foi falta de previsão nos anos 50, revelada na ausência de um processo original de descolonização da África portuguesa, tornou-se, com o aparecimento em Angola, Moçambique e Guiné de movimentos de independência dispostos à luta armada para a conseguir, falta política grave do regime perante a Nação. E hoje, decorridos mais de dez anos sobre o começo da guerra colonial, o Esta-

descolonização.»

Nessa mesma comunicação intitulada «Da necessidade de um Plano para a Nação», chamava a atenção para o papel das Forças Armadas e apontava, nas conclusões, os objectivos que convinha atingir simultaneamente. Tratava-se de «descolonizar, socializar e desenvolver... através de uma profunda democratização da sociedade portuguesa».

Armado dessas certezas regresssei a Portugal e tive a oportunidade de participar activamente na luta política que então se processou e que permitiu o estabelecimento de um regime de democracia política pluralista, graças em grande parte à acção do Partido Socialista e à sua vitória nas primeiras eleições livres em Portugal para a Assembleia Constituinte.

Quero aliás recordar os deputados constituintes que conseguiram levar ao fim os seus trabalhos e dotar o país da Constituição que permitiu o pedido de adesão de Portugal à Comunidade Europeia nos primeiros meses de vigência do I Governo Constitucional presidido por Mário Soares. Convém não esquecer que sem o acto libertador do 25 de Abril, Portugal não teria entrado no momento certo na Europa e hoje estaria certamente na cauda dos países em lista de espera nas negociações para o alargamento da União Europeia.

NATALINA DE MOURA



Viver Abril todos os dias

Pertenço a uma geração altamente penalizada pela ausência de liberdade.

Em 1961 entrei na Universidade Clássica de Lisboa, Faculdade de Ciências. Ai, me dei conta, do sentido exacto da palavra *liberdade*, ou melhor, do significado de liberdade de pensamento e da possibilidade de exprimi-lo ou não.

Na qualidade de dirigente da maior Associação de Estudantes Universitária de Lisboa, estive à frente de inúmeras contestações, contestações de ordem pedagógica que eram tidas, de imediato, pelo governo do anterior regime, como potenciadoras de conflitos políticos, logo fortemente reprimidas.

O espaço associativo foi muitas vezes invadido pela PIDE/DGS, invasões que se traduziam na destruição de todo o materi-

al cultural, livros e discos eram destruídos a eito sem nenhuma lógica de escolha, nem selectividade.

Destruição pela destruição do património que nos era tão caro em termos afectivos. Decorridos 25 anos de conquista da liberdade de ser e estar, e porque só *Se é e se está* com a liberdade e em liberdade de pensamento e acção, há que assegurar que ninguém mais invadirá o nosso espaço público ou privado com a intenção de destruir gratuitamente e ao arripio de Lei a essência da nossa vida.

Aos jovens que não conheceram o 25 de Abril e que aqui quero saudar, se exige hoje, a força, a determinação e uma postura vigilante.

Viver Abril todos os dias é estar vigilante, atento aos sinais, sinais que pretendam macular a *Democracia*.



PEDRO COELHO



Memória de Abril

Os momentos intensamente vividos perduram na memória como factos recentes e fazem-nos esquecer como o tempo passa veloz.

Vinte cinco anos depois. Quantas esperanças frustradas, quantas oportunidades perdidas, quantas ingenuidades generosas, mas igualmente quantas conquistas, quantos progressos, quantas alegrias, pela vivência em Liberdade.

O vigésimo quinto aniversário da Revolução dos Cravos ocorre no nosso País num momento de grande prosperidade e estabilidade, contrastando com algumas pesadas nuvens negras, carregadas de sofrimento e de desgraça, que dão pelos nomes de Timor, Kosovo, Sérvia, Angola, Indonésia, e tantos outros, onde os povos sofrem a intolerância de ambições incontroladas e de jogos de geo-estratégia.

Pensámos que a queda do Muro de Berlim traria alguma paz ao Mundo, fazendo diminuir a corrida aos armamentos e disponibilizando recursos financeiros e energias produtivas para melhorar a situação dos desertados da Terra. Afinal, verifica-se que a desregulação provocada pela queda do bloco soviético - sem substituto à altura para contrabalançar o poderio estadunidense -, se tem transformado numa apocalíptica tragédia composta de pequenas grandes tragédias locais e regionais, traduzidas em guerras civis, genocídios, êxodos forçados, actos de banditismo organizado ou tolerado, terrorismo de Estado e destruição massiva de pessoas e bens.

Ao poder autoritário e ditatorial soviético caído, a Europa democrática não soube ainda construir uma alternativa eficaz, que faça de contraponto às aventuras belicistas dos falcões americanos e tempere as incongruências estratégicas dos Estados Unidos.

O facto de reconhecermos os méritos da grande Democracia do outro lado do Atlântico e o papel que desempenhou no auxílio à Europa e no apoio à sua autonomia e independência em relação ao seu vizinho eurasiático, não significa que aceitemos, sem discussão, toda e qualquer iniciativa que possa pôr em risco a paz da Europa. Não está em causa a condenação do regime sérvio e dos seus próceres, provavelmente a via do diálogo teria sido infrutífera, mas a defesa dos princípios e da legitimidade futura obrigava a tentar uma intervenção mandatada pela ONU, esgotada a capacidade de negociação.

A prática acabou por demonstrar que as perdas em vidas, a devastação e o sofrimento não são seguramente menores que os malefícios que os sérvios continuariam a causar no Kosovo durante mais alguns dias em que se esgotasse a hipótese duma solução pacífica do conflito e se obtivesse o mandato da ONU para intervir.

A Europa da OTAN alinhou sem reservas na estratégia americana, ou terá mesmo empurrado os americanos para esta situação. Portugal, como membro da Aliança, não podia ficar de fora e a sua participação, embora de uma forma quase simbólica, é justificável.

A questão é que os dirigentes europeus tem a obrigação de conhecer a História, e saber que os Balcãs são zonas de alta complexidade política, étnica, social e religiosa, em que conflitos regionais se têm transformado em guerras generalizadas. Se hoje a hipótese duma guerra mundial é remota, já as consequências desta aventura balcânica, para uma paz duradoura e uma concertação entre povos, são imprevisíveis. Os sérvios nunca esquecerão esta amarga, ainda que justa, lição: os russos dificilmente engolirão a humilhação por que passaram; o resto do Mundo ficará sempre psicologicamente à mercê duma qualquer decisão dum poder hegemónico.

Como acabará toda esta tragédia é difícil de prever. Perder já todos perderam, os europeus mais que todos. Agora como se vai daqui sair sem perder a face já é mais complicado.

Apelos ao bom senso de Milosevic não fazem sentido. Se alguma vez o teve já nada lhe resta. Esperemos que o seu instinto de sobrevivência política o leve a uma saída que permita aos Aliados parar com os bombardeamentos e aos capacetes azuis entrarem no Kosovo, e salvar o que ainda resta de kosovares de origem albanesa.

Para tal, a intermediação dos russos é vital e, sendo bem sucedida, permitirá recuperar parte do protagonismo que lhes foi inicialmente negado.

As hipóteses alternativas são más de mais para serem encaradas.

Voltando ao nosso 25º aniversário, ele também ensombrado pelos trágicos acontecimentos em Timor, façamos votos e lute-mos para que a Paz e o Progresso que Portugal tem desfrutado após a revolução de Abril, sejam extensivos a todos os países do Mundo, particularmente aqueles em que nós temos responsabilidades históricas e com os quais usufruímos uma Língua e uma Cultura comuns.

RODOLFO CRESPO



Abril em Portugal

Uma manhã como as outras em Paris. Um despertar como os outros. Liguei o rádio para as primeiras notícias. «Abril em Portugal» - começou o locutor - «um grupo de capitães derrubou o regime ditatorial de Lisboa». Corro para o telefone e ligo ao Mário Soares que já sabia. Mais uns quantos telefonemas para Londres, Bruxelas, Amesterdão, Frankfurt, Luxemburgo: os camaradas alguns já sabiam, outros nem queriam acreditar. E depois o telefone não pára. Alguém do consolado a dizer-me que sempre tinha estado contra o regime, jornalistas amigos a perguntarem-me onde podiam encontrar o Mário Soares, amigos muitos, outros que eu nem conhecia. Afinal nem o Partido Socialista nem eu próprio éramos tão clandestinos como isso! Reunidos algum tempo depois em casa do Mário Soares o telefone não pára cada vez que o Mário desliga depois de falar com o Zenha, o Rego ou o Magalhães Godinho. O Mário quer regressar a Portugal. Alguns camaradas desaconselham, há que esperar algum tempo dizem - saber exactamente o rumo que as coisas vão tomar. É não conhecer o personagem e a sua longa espera. Não há aviões - o aeroporto da Portela está fechado. Mas há comboios. O Mário, o Tito e o Ramos da Costa apanham o primeiro para Lisboa.

O 25 de Abril tinha sido uma longa espera de 48 anos à qual o generoso gesto dos capitães tinha posto fim. Durante essa longa espera houve quem nunca tivesse baixado os braços mantendo acesa a luz da esperança e os ideais de justiça e de liberdade. Desde os velhos republicanos com Jaime Cortesão e António Sérgio, passando pela Acção Socialista Portuguesa com o Mário Soares, Tito de Morais e Ramos da Costa, ao Partido Socialista herdeiro da luta e dos mesmos ideais.

O 25 de Abril teria sido diferente sem essa luta perseverante ao longo de décadas. E não só dos socialistas. Os comunistas nunca esmoreceram e foram, reconheça-

se, os mais castigados. E há que não esquecer os liberais que com Sá Carneiro quiseram mudar o regime por dentro e que falharam. Foram estes grupos que agarraram o 25 de Abril, lhe deram conteúdo e constituem hoje o esteio da democracia portuguesa - o PS, o PCP e o PSD.

Foi uma luta a que o 25 de Abril deu a verdadeira dimensão. Os contactos no seio Internacional Socialista, as ligações aos movimentos de libertação e de resistência, a nossa presença constante em todos os grandes movimentos internacionais, vieram credibilizar o 25 de Abril quando elementos do Partido Socialista integraram os Governos provisórios. E quando os socialistas saíram do V governo provisório por desacordo com o rumo totalitário que estava a tomar a revolução, o governo e o Conselho da Revolução ficaram desacreditados internacionalmente. Os resistentes, uns fora do país, outros dentro, moldaram o 25 de Abril e obrigaram ao rumo democrático da revolução dos cravos. É a História.

Mas se é certo que foram os resistentes ao velho regime de Salazar que agarraram o 25 de Abril, que fizeram a democracia, não é menos certo que todos temos uma dívida de gratidão para com aqueles que tornaram isso possível e que encurtaram a já longa espera: os capitães de Abril. É por isso doloroso, é sinal de ingratidão que os capitães de Abril sejam preteridos pela democracia que tornaram possível. É certo que a revolução teve altos e baixos e que foi diferente o posicionamento dos capitães, mas a diversidade revolucionária dos militares traduziu-se finalmente na diversidade do próprio regime e sem essa diversidade não haveria liberdade.

Saibamos reconhecer que a revolução do 25 de Abril foi diferente porque os militantes tomaram o poder para o devolverem à sociedade civil. Homenageemos os capitães de Abril e a melhor homenagem em democracia é fazer-lhes justiça, porque justiça também é liberdade.



VASCO LOURENÇO

Recordar Abril

Recordar o 25 de Abril de 1974, mesmo passados 25 anos, continua a provocar-me um sentimento de muita honra e muito orgulho, mas acima de tudo, também, um sentimento de profunda realização pessoal.

Com efeito, apesar de muitas tristezas, umas mais longínquas outras bem próximas, provocadas por igual número de delusões e desgostos, não consigo deixar de me sentir orgulhoso e feliz de, como cidadão português e do mundo, poder ter participado activamente num processo libertador como foi a «Revolução dos Cravos».

Ao olhar para o Portugal de hoje, ao assistir às muitas imperfeições da nossa sociedade, ao constatar as injustiças e desigualdades que se verificam, poderíamos ser levados a pensar que «afinal, nada melhor, tudo está na mesma, não valeu a pena». Sentimento que poderia acentuar-se ao recordarmos as muitas oportunidades perdidas, ao longo destes 24 anos, se rememorarmos os muitos sonhos acalentados e não realizados. E que poderia ainda ser fortemente reforçado ao verificarmos que, mesmo «sem saber ler nem escrever», acordámos um dia envolvidos numa guerra, que não percebemos, não aceitamos e urge terminar rapidamente. Nada mais errado!

Para podermos analisar o 25 de Abril, teremos que comparar a actual situação com a que se viva antes dessa maravilhosa madrugada.

E, ao fazê-lo, rapidamente concluiremos que estamos hoje muito melhor que há 25 anos. É muito preferível vivermos em liberdade, sem repressão, sem medo, sem censura, sem guerra, sem isolamento internacional, com capacidade de escolhermos livremente as várias opções políticas que se nos oferecem, com liberdade para exprimirmos as nossas opiniões e as nossas convicções, sem receio de quem nos possa ouvir e denunciar, com paz, sem a obrigatoriedade de partir para uma guerra que nos impunham e nada nos dizia, com orgulho da nossa condição de portugueses.

Como em anos anteriores, vimos assistindo a tentativas de banqueamento do regime totalitário, do regime fascista e colonialista, que nos oprimiu durante quase 50 anos. Os tiranos, os ditadores, os fascistas, os fascinosas, são apontados ou como «bem-intencionados», ou como uns «pobres coitados», que só fizeram o que fizeram porque a conjuntura, a época, a isso os terá obrigado. O despudor é tanto que chegam a apresentar o ditador fascista como um autêntico antifascista e o 25 de Abril como qualquer coisa que veio interromper as «excelentes intenções» do ditador Caetano, que «pretendia democratizar o país e aceitar a independência das coló-

nias»... Por este andar, qualquer dia ainda se conclui que os militares de Abril se precipitaram e só vieram atrapalhar...

A memória pode ser curta, mas é preciso não exagerar. E denunciar a hipocrisia dos que hoje, passados 25 anos, julgam já ter condições para manipular as novas gerações e para lançarem a confusão nos que viveram a repressão, sentiram a opressão há já 25 anos.

Pode-se ser tolerante, como se foi, não ter procedido a represálias e à aplicação da justa punição, não se pode é dar a volta a tudo o que aconteceu e aceitar que se tente camuflar as situações e justificar os crimes cometidos.

Para que as novas gerações, já nascidas em liberdade, não caiam na ratoeira e sejam levadas, ou à prática de novas tiranias, ou ao descuido que ponha em causa as liberdades existentes, torna-se necessário, é imperioso mesmo, que os que conheceram o regime fascista e sofreram as consequências do mesmo, lhes transmitam a sua experiência, o seu conhecimento, e os alertem para a verdade e a realidade.

É preciso recordar, denunciar a situação que se viva: repressão, a falta de liberdade, a guerra, enfim, tudo a que o 25 de Abril pôs termo.

Hoje temos problemas. A sociedade necessita de ser melhorada. Temos de combater o desemprego, a falta de habitação condigna, as más condições do serviço de saúde, as deficiências na educação, a pobreza, a marginalização e até a exclusão social de muitos, a droga, os atentados à natureza.

Estamos confrontados com sistemas políticos que proporcionam as condições para que o capitalismo assuma, cada vez mais, formas extremadas de actuação e exploração. Assistimos à consagração do neoliberalismo, sob a capa da globalização, onde o mercado é novo Deus, provocando cada vez mais desigualdades, mais injustiças, mais miséria, mais guerra.

É um facto. Como já referi, até nos meteram numa guerra sem sentido, a que importa pôr cobro. Tudo isto é verdade. No entanto, a luta contra toda essa situação, contra as novas tiranias, a luta pelos ideais que em Abril de 1974 floresceram e nos fizeram sonhar, pode hoje, com liberdade e democracia, ser desenvolvida e praticada. Sem receio de sermos banidos, apenas porque lutamos pelos nossos ideais, pelos nossos valores. Porque defendemos as nossas ideias, aquilo em que acreditamos. E por isso, porque o 25 de Abril nos proporcionou a liberdade e a democracia, que nos permite lutar abertamente por uma vida melhor, que nos permite assumir sem medo a nossa condição humana, continuo a sentir-me orgulhoso e honrado na pele de um «capitão de Abril».



VÍTOR ALVES

Prolongar o 25 de Abril no futuro

Sucederam-se velozes estes 25 anos que transformaram a sociedade portuguesa depois da revolução de Abril.

Só passaram 25 anos e contudo já passaram 25 anos. Um pouco mais do que nada em tempo histórico, e todavia um ciclo geracional em tempo de vida humana.

Vivemos em democracia, conquista do povo português, tornada possível pelo «Movimento dos Capitães».

Sendo a democracia, por definição, crítica e exigente, não nos cansamos de repetir tudo o que lhe falta, tudo o que está mal. Posição

Para ela, os valores que estiveram na génese do 25 de Abril são dados adquiridos, cuja repetição no discurso de cada dia soa a redundância.

A afirmação do 25 de Abril tem de passar por aquilo que, nele implícito, está ainda por cumprir.

Sem desprezar a pedagogia inteligente, aliante, inovadora, dos valores conquistados e do que significaria a sua liquidação, há que dar resposta aos anseios da juventude, compreender o seu inconformismo, alimentar a sua generosidade.

Anseios que, a partir das liberdades adquiri-



correcta, posição necessária, mas nem por isso mesmo totalmente justa. Não esqueçamos que a democracia não é um fim, mas sim um meio.

Sem dúvida que muito falta fazer, mas na verdade muito foi feito, e só o poderia ter sido com o 25 de Abril.

Tenha-se ou não consciência disso, estes 25 anos foram anos de mudança. Como um país que já mudou.

Nesta evolução também as gerações se vão rendendo. É hoje adulta a juventude de ontem e a juventude de agora ainda não tinha nascido. Em termos de sistema de ensino, muitos dos actuais professores tinham então um e dois anos de idade.

As novas gerações vivem, na realidade de hoje, sem totalmente se aperceberem da realidade de Abril.

É da filosofia do conhecimento que a percepção valorativa de uma realidade depende da consciência do seu contrário. Ora, os quadros de referência em que a juventude cresceu, a memória que não tem do passado recente, limitam a compreensão dos absurdos condicionamentos em que viveram as gerações anteriores.

O colonialismo e a repressão estudantil e sindical, a marginalização cívica, obscurantismo cultural, isolamento internacional, configuraram um passado sombrio, cuja proximidade a juventude não sente e cuja inovação pouco a sensibiliza.

das, se identificam com segurança no emprego e no salário, com a paz, com uma vida digna para todos.

Inconformismo que saudavelmente persistirá, enquanto não se encontrarem soluções para problemas que ameaçam o futuro, relacionados com a escola, a habitação, a saúde, os transportes, a burocracia. Generosidade que está disponível para causas como a conservação da natureza, o combate à discriminação sexual, a cultura liberta de tabus, o aproveitamento dos tempos livres, o convívio aberto e sem fronteiras.

A transformação da sociedade passa essencialmente por aí.

Orgulhamo-nos do 25 de Abril mas, parafraseando Garrett, diríamos que ele não pode ser só o que foi, nem pode cristalizar no que é, sob risco, até, de negar o que foi. Tem de se prolongar no futuro.

Aproprie-se a juventude do 25 de Abril, cultive os seus valores fundamentais e que estes constituam as referências dominantes na solução dos seus problemas concretos. Compete-nos a todos, tudo fazer para que do integral aproveitamento das excepcionais condições presentes na actual conjuntura, resulte o Portugal justo, próspero e feliz, pelo qual todos ansiamos, e que esteve afinal na origem, tão simples e tão sincera, da criação do Movimento das Forças Armadas.

